

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
(PPGSS)

Aline Joyce Leal Lima

AS EXPRESSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA EM FACE DA
SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Maceió
2011.

ALINE JOYCE LEAL LIMA

**AS EXPRESSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA EM FACE DA
SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Ivo Tonet

Maceió

2011.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

L732e Lima, Aline Joyce Leal.

As expressões da crise contemporânea em face da subordinação do trabalho ao capital / Aline Joyce Leal Lima. – 2011.
109 f.

Orientador: Ivo Tonet.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 108-109.

1. Sistema do capital. 2. Crise contemporânea. 3. Exploração do trabalho. 4. Capitalismo - Crise estrutural. 5. Título.

CDU: 364.23:316.334.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Aline Joyce Leal de Lima**, intitulada "**As Expressões da Crise Contemporânea em face da Subordinação do Trabalho ao Capital**", apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 30 de junho de 2011, às 10h, na Sala dos Conselhos da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ivo Tonet
Orientador (PPGSS – FSSO – UFAL)

Prof. Dra. Edlene Pimentel Santos
Examinadora interna (PPGSS – FSSO – UFAL)

Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinador externo (Faculdade de Filosofia - UFAL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo amor, pela dedicação e pelo apoio fundamentais para a realização desta etapa em minha vida.

Aos meus irmãos, pelo companheirismo, força e carinho.

Ao meu filho, que ainda no ventre, colaborou essencialmente para a realização deste trabalho.

Ao meu esposo, por toda dedicação, compreensão e união.

Ao meu orientador, professor Dr. Ivo Tonet pela atenção, paciência e rigor no processo de orientação deste trabalho

A minha amiga Edivânia por fazer parte da minha trajetória pessoal e acadêmica, por me incentivar e apostar sempre na minha capacidade intelectual.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente, a Angélica, a Bárbara e a Elaine pela amizade, pelo companheirismo e pelos momentos de alegria.

Aos professores da pós-graduação em Serviço Social pela contribuição teórica fundamental para a realização deste trabalho.

Aos professores da banca, pela atenção, pela compreensão e pelas valiosas contribuições.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual.

RESUMO

O presente texto traz uma reflexão sobre as expressões da crise contemporânea em face da subordinação do trabalho ao capital, com o propósito de elucidar como o sistema do capital, com seu impulso para expandir e acumular gera crises e contradições que submetem as necessidades humanas às necessidades de reprodução do capital. Neste sentido, fundamentamos nosso estudo nos argumentos de Karl Marx e nas idéias de István Mészáros, que é considerado um dos grandes representantes da crítica à sociedade capitalista iniciada por Marx, ao realizar um estudo sobre as condições contemporâneas do processo de reprodução capitalista, enfatizando as atuais contradições do sistema do capital em situação de crise estrutural. Somente partindo da perspectiva marxiana, que é radicalmente diferente de todas as demais abordagens, podemos apreender a origem e os desdobramentos dos antagonismos e contradições intrínsecos ao sistema do capital. Iniciamos com a análise dos aspectos fundamentais que caracterizam essa forma peculiar de sociabilidade, no sentido de apreender o processo de surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Também buscamos esclarecer os antagonismos da crise estrutural do capital que se intensificam em virtude da tendência do capital para assegurar seu objetivo de expansão e acumulação. E por fim, refletimos sobre as expressões da crise atual, destacando as características que emanam de sua forma de produção destrutiva, baseada na intensa exploração do trabalho. Pois, o sistema do capital, com seu impulso desenfreado para gerar lucros, provoca a degradação das condições de existência dos trabalhadores, principalmente com a ativação de seus limites absolutos, constituindo-se num desafio à própria sobrevivência da humanidade.

Palavras chave: Sistema do Capital. Crise Contemporânea. Expressões da Crise Estrutural. Subordinação do Trabalho ao Capital.

ABSTRACT

The present text brings a reflection on the expressions of the crisis contemporary in face of the subordination of the work to the capital, with the intention to elucidate as the system of the capital, with its impulse to expand and to accumulate generates crises and contradictions that submit the necessities human beings to the necessities of reproduction of the capital. On this direction, we base our study in the arguments of Karl Marx and the ideas of István Mészáros, that is considered one of the great representatives of the critical one to the capitalist society initiated by Marx, when carrying through a study on the conditions contemporaries of the process of capitalist reproduction, emphasizing the current contradictions of the system of the capital in situation of structural crisis. Leaving of the marxiana perspective, that is radically different of all the too much boardings, we only can apprehend the origin and the unfoldings of the antagonisms and intrinsic contradictions to the system of the capital. We initiate with the analysis of the basic aspects that characterize this peculiar form of sociability, in the direction to apprehend the process of sprouting and development in the way of capitalist production. Also we search to clarify the antagonisms of the structural crisis of the capital that if intensify in virtue of the trend of the capital to assure its objective of expansion and accumulation. E finally, we reflect on the expressions of the current crisis, detaching the characteristics that emanate of its form of destructive production, based in the intense exploration of the work. Therefore, the system of the capital, with its wild impulse to generate profits, provokes the degradation of the conditions of existence of the workers, mainly with the activation of its absolute limits, consisting in a challenge to the proper survival of the humanity.

Words key: System of the Capital. Crisis Contemporary. Expressions of the Structural Crisis. Subordination of the Work to the Capital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA FORMA DE SOCIABILIDADE BURGUESA.....	14
1.1 O caráter peculiar ao modo de produção capitalista: a redução da força de trabalho a mercadoria.....	14
1.2 O processo de acumulação e concentração do capital: causas e efeitos.....	26
1.3 O Estado moderno como instrumento necessário para garantir a viabilidade do processo de expansão capitalista.....	35
2 O ANTAGONISMO DO SISTEMA DO CAPITAL E SUA CRISE ESTRUTURAL.....	43
2.1 Os objetivos do sistema do capital: expandir e acumular.....	43
2.1.2 A tendência ao aumento do excedente de produção.....	48
2.1.3 O problema da absorção do excedente de produção.....	55
2.2 O sistema do capital: crises e contradições.....	59
2.2.1 As crises cíclicas do sistema do capital.....	63
2.3 O aspecto antagônico da crise estrutural do capital.....	69

3 AS EXPRESSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA EM FACE DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL.....	76
3.1 A taxa de uso decrescente e a produção destrutiva do capital.....	76
3.2 A crise contemporânea e as mudanças no processo de trabalho.....	87
3.3 Os limites absolutos do capital: um desafio à própria sobrevivência da humanidade.....	94
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo analisar as expressões da crise contemporânea em face da subordinação do trabalho ao capital, no sentido de demonstrar como o sistema do capital, com seu impulso desenfreado para assegurar seu processo de expansão e acumulação, gera crises e contradições que afetam diretamente as condições de existência da humanidade, submetendo de forma degradante as necessidades humanas às necessidades de reprodução do capital.

Nosso estudo está baseado nos argumentos teóricos de Karl Marx e de István Mészáros acerca da relação entre capital e trabalho, visando de apreender essencialmente as expressões da crise atual do sistema do capital e suas consequências para a humanidade em geral.

O capital, caracterizado por Marx como o valor que se autovaloriza, está baseado numa relação antagônica em que os autênticos produtores da riqueza social (os trabalhadores) são alienados dos seus meios de trabalho – pelos proprietários dos meios de produção, os capitalistas –, restando apenas a força de trabalho para ser vendida em troca de salário. Relação esta fundamentada na exploração do trabalho, no sentido de garantir o processo de expansão capitalista, com sua busca incessante e crescente de acumulação de capital.

Com isso, o sistema do capital afirma o seu domínio absoluto sobre a extração do trabalho excedente do trabalhador, impondo às necessidades humanas os interesses da reprodução ampliada do capital. Constitui, pois, um sistema de produção cujo objetivo está diretamente voltado para a expansão e acumulação de riqueza, ultrapassando todos os obstáculos que encontra em seu caminho.

É um sistema cuja lógica está baseada no aumento do excedente de produção que é retirado sob a forma da mais-valia, da exploração do trabalho por parte do capital, e qualquer empecilho que venha a interromper o seu processo de geração de valor deve ser superado. Entretanto, essa tendência do sistema do capital para expandir e acumular traz como consequência o crescimento intensivo da deterioração das condições de existência da classe trabalhadora, pois a acumulação da riqueza, de um lado, significa também o crescimento da miséria, da exploração do trabalho do outro.

Portanto, essa produção de riqueza gerada pelo capital cria uma camada de miseráveis no exército industrial de reserva, caracterizando o pauperismo. Cabe destacar que este pauperismo faz parte da lógica do processo de acumulação capitalista: ao passo que o capital acentua a exploração do trabalho, impõe também o desemprego para boa parte dos trabalhadores. É nesta fase de desenvolvimento do sistema do capital – a capitalista – que surgem as crises e contradições intrínsecas ao seu modo de ser e de operar, em decorrência de seu impulso para assegurar a expansão e acumulação baseada na subordinação do trabalho ao capital.

A crise estrutural que se estende desde a década de 1970 afeta todos os âmbitos da produção do capital. Essa crise que experimentamos na atualidade é, segundo Mészáros, a mais severa da história da humanidade. E uma das respostas dadas pelo capital à crise estrutural é a incorporação de novas formas de acumulação através da produção destrutiva, o que por sua vez impulsiona uma série de contradições e antagonismos nunca antes vistos na história da humanidade. São contradições imanentes à lógica do capital e que se tornam cada vez mais agudas no que se refere ao aumento da taxa de exploração dos trabalhadores e à intensificação do processo de subordinação do trabalho ao capital.

Com a crise estrutural, os antagonismos do sistema do capital se agravam em todas as esferas da produção, e de modo global. Esta é uma tendência que faz parte da contradição do capitalismo, acarretando sérias consequências para a vida humana. É por meio da crise estrutural que o sistema impõe para a humanidade uma série de contradições, tais como: o aumento da desigualdade social, o desemprego crônico, a intensificação da exploração do trabalho, dentre outras.

O capital busca, e sempre buscará, estratégias para remediar suas crises, no sentido de retirar todos os obstáculos que venham a impedir a sua reprodução contínua e ampliada. Pois enquanto este sistema existir como modo de controle social dominante, o capital sempre realizará a intensa exploração das condições de trabalho, já que é a condição fundamental para continuar seu processo de expansão e acumulação.

As crises e contradições do sistema do capital não abalam apenas as condições de trabalho, mas também a estrutura do próprio sistema, principalmente na atualidade. Com a intensificação da exploração do trabalho para assegurar o

processo de acumulação de capital, tem-se o agravamento das condições de trabalho, verificado principalmente pela crescente expansão do número de trabalhadores desempregados. Com isso, há um aumento significativo das contradições entre capital e trabalho, principalmente no que diz respeito aos limites absolutos do capital, que são ativados a partir da crise estrutural, provocando, desse modo, sérias consequências para a humanidade.

Nossa reflexão tem o propósito de esclarecer as expressões da crise estrutural do capital, que se estende desde a década de 70 até os dias atuais, para compreender as suas implicações em face da subordinação do trabalho ao capital. Para tanto, dividimos nosso trabalho em três capítulos.

O primeiro está fundamentado na *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, formulada por Karl Marx, na qual buscaremos desvendar os aspectos essenciais da sociedade burguesa, partindo do surgimento e do desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, demonstrando que na mesma medida em que se tem o desenvolvimento do sistema do capital, tem-se também o aumento significativo da degradação das condições da existência humana. Além disso, o próprio processo de reprodução do sistema do capital necessita de um mecanismo de controle que venha assegurar o processo de exploração do capital sobre o trabalho, e este nada mais é do que o Estado moderno.

No segundo capítulo, abordaremos os antagonismos do sistema do capital e sua crise estrutural, tomando como referência as produções teóricas de István Mészáros. Neste capítulo buscaremos destacar que a crise do capital, desde a década de 70, se torna estrutural, pois não há solução para ela. Mesmo que o capital crie estratégias para minimizá-la, como, por exemplo, por meio do uso decrescente da mercadoria, em que a produção se torna destrutiva, ele não poderá solucioná-la.

É precisamente nesse novo estágio de desenvolvimento do sistema que o trabalho passa a ser cada vez mais explorado, principalmente em virtude do intenso desenvolvimento das forças produtivas, no qual o capital expulsa um número sempre maior de trabalhadores do processo produtivo, impondo a estes a condição de desempregados, agravando as suas condições de existência.

No terceiro capítulo, o nosso foco de análise dirige-se à problemática das expressões da crise contemporânea na subordinação do trabalho ao capital.

Trataremos neste capítulo das consequências devastadoras da crise atual, com sua produção destrutiva e desumana, que provocam a intensificação da exploração do trabalho, deixando de lado todas as considerações às necessidades humanas.

Além disso, destacaremos os limites do sistema do capital, que em meio aos antagonismos gerados com a crise estrutural, passam a ser cada vez mais sufocantes, constituindo-se num desafio para a própria sobrevivência humana. Podemos dizer que o desemprego crônico é o mais grave e brutal acontecimento da história da humanidade, pondo em risco não apenas a própria viabilidade do sistema, mas também a sobrevivência dos homens de modo geral.

Nossa expectativa, portanto, é possibilitar uma melhor compreensão acerca da temática acima apresentada, contribuindo significativamente para o acúmulo de conhecimento sobre as expressões da crise contemporânea, particularmente no que concerne à subordinação do trabalho ao capital, tão presente nos dias atuais.

CAPÍTULO 1. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA FORMA DE SOCIABILIDADE BURGUESA

Este estudo busca, inicialmente, refletir a teoria de Marx sobre a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, no capítulo XXIII de “O Capital”, com a qual o autor demonstra o surgimento e o desenvolvimento do processo de acumulação do capital, assim como as leis que o determinam e suas consequências para os trabalhadores. À medida que se dá o desenvolvimento do sistema capitalista – por meio do progresso da acumulação – tem-se o crescimento intensivo da deterioração das condições de existência da classe trabalhadora. Pois a concentração da riqueza, de um lado, significa inevitavelmente o aumento da miséria do outro, e isto é o que caracteriza a lei geral da acumulação capitalista. O processo de reprodução do sistema do capital necessita da intervenção do Estado, enquanto mecanismo de controle, para assegurar o processo de exploração do capital sobre o trabalho.

1.1 O caráter peculiar ao modo de produção capitalista: a redução da força de trabalho a mercadoria

Para compreender o caráter peculiar ao modo de produção capitalista que, conforme Marx (1984), consiste na redução da força de trabalho a mera mercadoria, é preciso, primeiramente, apreender o processo em que surge e se desenvolve esse modo particular de produção que é o capitalismo.

Partindo desse aspecto, devemos considerar o momento em que ocorre o processo de transformação do dinheiro em capital, que, por sua vez, caracterizou-se numa condição essencial ao desenvolvimento da produção capitalista, surgindo em circunstâncias históricas determinadas, possibilitando o aparecimento de uma nova forma de relação social entre os homens.

Tal relação se processa de modo a que dois diferentes possuidores de mercadorias são forçados, em virtude das próprias condições apresentadas naquele momento, a estabelecer uma relação de troca. Nesta, tem-se, de um lado, “os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência” (MARX, 1984, p. 261), que necessitam comprar a força de trabalho do trabalhador; e do outro, os

trabalhadores que, ao serem expropriados de seus antigos meios de trabalho, são compelidos a vender a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

É precisamente essa relação de troca entre o capital e o trabalho que constitui a base fundamental da produção capitalista: o sistema de trabalho assalariado, que tem de garantir a constante reprodução do trabalhador como trabalhador e do capitalista como capitalista. Com a constituição desses dois tipos de possuidores, como também com a consolidação da relação de troca no mercado, põem-se os fundamentos da produção capitalista. Segundo Marx (1984, p. 262), a existência da relação-capital implica “a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”.

Assim, o capital para expandir e acumular necessita da exploração do trabalho, e o fruto desse processo consiste na transformação dos “meios sociais de subsistência e de produção em capital” e dos “produtores diretos em trabalhadores assalariados”. É por isso que o autor destaca que todas essas mudanças constituem a particularidade da acumulação primitiva do capital¹, pois ela caracteriza o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

Conforme pontua Marx (1984), a eliminação dos últimos resquícios do sistema feudal foi determinante para o processo de estruturação e desenvolvimento do sistema capitalista. Somente quando o trabalhador se desvincula dos regulamentos e das corporações a que estava submetido no feudalismo é que ele se torna livre para vender a sua força de trabalho. Entretanto, isso não representou a liberdade do trabalhador, pelo contrário, o sistema capitalista restringe-a muito mais, retirando de forma violenta os seus meios de subsistência e obrigando-o a vender a única coisa que ele possui: a sua força de trabalho.

Essa expropriação foi fundamentalmente importante para suprir a necessidade de força de trabalho da indústria que nascia naquele momento. De acordo com Marx (1984, p. 275), tanto a expropriação dos camponeses de sua base

¹ Marx esclarece que: “a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” caracteriza o processo da acumulação primitiva do capital, cujo resultado é a transformação dos “meios sociais de subsistência e de produção em capital” e dos “produtores diretos em trabalhadores assalariados”. O autor afirma que “a assim chamada acumulação primitiva é (...) nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. MARX, Karl. O Capital. Vol.I, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.252.

fundiária quanto a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna representaram os “métodos idílicos da acumulação primitiva”, isto é, constituíram a base da produção capitalista.

Diante disso, podemos assinalar, de acordo com o referido autor, que o processo em que surge e se desenvolve a sociedade capitalista veio se alastrando desde o momento em que a acumulação primitiva do capital alcançou um determinado grau de amadurecimento, em virtude do constante desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitou mudanças profundas nas formas das relações sociais até então vigentes. Esse processo é caracterizado pela superação do feudalismo, bem como de todos os aspectos que marcaram os modos de produção pré-capitalistas.

A partir desse momento são estabelecidas novas formas de relações sociais entre os homens (baseadas na subordinação do trabalho ao capital), que se fundamentam na exploração do trabalho e que, por sua vez, convertem a sociedade num amplo mercado em que tudo se torna mercadoria. São relações sociais caracterizadas pelo individualismo burguês, no qual a razão da existência individual perde a articulação com a vida social, coletiva, sendo esta concebida como simples instrumento para o enriquecimento pessoal, isto é, para acumulação do capital privado, em detrimento das necessidades humanas.

É precisamente em virtude dessas mudanças que o capital passa a se expressar na relação com os homens como mercadoria e se constitui na história como uma potência incontrolável, que a tudo domina. Pois a sociedade burguesa, que tem como fundamento o trabalho assalariado, realiza a exploração dos trabalhadores por meio de leis capitalistas que reduzem tudo, sobretudo a força de trabalho, a mera mercadoria. Isso ocorre precisamente no momento em que o capitalista compra a força de trabalho – enquanto possuidor dos meios de produção – e o trabalhador, que ao ser expropriado de seus antigos meios de trabalho, é impelido a vendê-la e recebe por isso um salário², por um determinado tempo de trabalho empregado no processo de produção.

² Para Marx: “o salário consiste numa quantia em dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador por um determinado tempo de trabalho ou por um serviço prestado”. Marx, K. *Trabalho assalariado e capital*, editora: Expressão Popular, 2006, p. 34.

A partir do momento que o trabalhador vende a sua força de trabalho para o capitalista, tem-se a constante renovação do processo produtivo, baseada em um determinado período de produção. Todavia, o salário pago ao trabalhador por esse tempo de trabalho realizado consiste, de acordo com Marx (1984, p. 154), “numa parte do produto reproduzido continuamente pelo próprio trabalhador”.

O autor ressalta ainda que o trabalhador, para sobreviver, necessita vender a sua força de trabalho ao capital. Contudo, ele somente recebe o seu salário “depois de sua força de trabalho ter se efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a mais-valia, em mercadorias” (1984, p. 154). E assim podemos compreender que o processo de produção capitalista visa apenas, e exclusivamente, a valorização do capital.

O salário não representa, portanto, a satisfação das necessidades autenticamente humanas dos trabalhadores, mas sim a quantia paga, pelo capitalista, para a reprodução da força de trabalho. Pois, como destaca Marx,

[...] a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade (Marx, 2006, p. 36).

A consequência imediata deste processo – a transformação da força de trabalho em mercadoria – é nada mais do que o estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho. Segundo Marx (2004, p.81), a efetivação do trabalho, isto é, a sua objetivação, aparece como perda do objeto, visto que o trabalhador não é apenas despojado dos seus objetos de trabalho, mas também dos objetos mais necessários à vida, à sua subsistência física. Além disso, é importante destacar que a apropriação do objeto por parte do trabalhador aparece como alienação, pois quanto mais o trabalhador produz, menos ele se apropria dos objetos por ele produzidos. Assim, o trabalhador é alheio, estranho ao próprio produto do seu trabalho.

Desta forma, o autor assegura que:

A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e estranha a ele tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (Marx, 2004, p. 81).

Outra relação que deve ser enfatizada é aquela estabelecida entre a objetivação, ou seja, a produção do trabalhador, e o estranhamento do trabalhador do produto do seu trabalho. Para a compreensão desta relação tem-se de considerar, em primeiro lugar, que a natureza, “o mundo exterior sensível”, é a matéria fundamental para a realização do trabalho. É nela e por meio dela que o trabalhador se efetiva.

Além disso, se por um lado a natureza oferece os “meios de vida” necessários à reprodução material dos homens, por outro ela assegura, mediante a produção dos “meios de vida” no sentido mais estrito, “(...) a subsistência física do trabalhador mesmo” (2004, p. 81). No entanto, Marx sustenta que “quanto mais o trabalhador se apropria do externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida*” (2004, p. 81). E esta privação se dá segundo um duplo sentido:

Primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida de seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador (Marx, 2004, p. 81).

Marx (2004, p. 82) evidencia que o estranhamento do trabalhador em relação ao seu objeto revela-se na desproporção entre os bens produzidos pelos trabalhadores e a apropriação por parte destes. Ele chama ainda a atenção para o fato de que “quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir”, ou ainda, “(...) quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador (...) quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador”. Desse modo, por trás de todas essas desproporções está a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho.

Todavia, a alienação não aparece apenas no resultado da atividade produtiva, mas está enraizada também no próprio ato da produção, no seio mesmo da atividade produtiva. Além disso, ao nos falar sobre a exteriorização alienada do trabalho, o autor afirma que é fundamental o entendimento do trabalho como algo externo ao trabalhador.

Isso significa que o trabalho “não pertence ao seu ser”, pois o trabalhador “não se afirma” em seu trabalho, “mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas modifica sua *physis* e arruína o seu espírito”. Em resumo, o trabalho externo alienado é para este um trabalho de “autossacrifício”, forçado, obrigatório.

No que se refere à relação do trabalho com o ato da produção no interior do trabalho, Marx afirma que:

[...] esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento-de-si, tal qual (...) o estranhamento da coisa (Marx, (2004, p. 83)

Vale ressaltar que, para o referido autor, o homem constitui-se num ser genérico, pois, além de fazer parte do gênero humano, tem também a capacidade de relacionar-se consigo mesmo, enquanto ser vivo, universal e livre. O homem desfruta da vida genérica à medida que domina a natureza inorgânica, transformando-a tanto em objeto da ciência natural como em objeto da arte; o que, por sua vez, representa, praticamente, não apenas uma parte da vida humana, mas também da atividade humana.

Assim, ao afirmar que “o homem vive da natureza”, Marx (2004, p. 84) demonstra, apenas e exclusivamente, que a natureza representa o corpo do homem, e com esta ele deve manter um processo contínuo sem o qual não poderá sobreviver, pois o homem faz parte da natureza e necessita dela para a sua existência.

No entanto, ele assevera que tanto o trabalho como a vida produtiva, quando alienada, “aparecem ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma

carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica” (Marx, 2004, p. 84). Então, o trabalho abstrato, alienado, faz do homem um ser que não se reconhece enquanto ser consciente e livre, responsável pela produção e reprodução do processo social.

E assim, diferentemente do animal, que só produz para a sobrevivência imediata e apenas na medida da sua espécie, o homem pode produzir universalmente, livre de carência física, reproduzindo a natureza inteira, até mesmo segundo as leis da beleza. E, na medida em que o trabalho alienado lhe arranca o objeto de sua produção, isto é, seu trabalho objetivado, o destitui de sua vida genérica, tornando-a unicamente um meio de sua existência individual.

O autor esclarece que tanto o produto do trabalho como a própria atividade vital se mostram estranhos, alheios ao trabalhador, pertencentes a outro ser. E este ser nada mais é do que outro homem, ou seja, um homem que não é o trabalhador, mas o capitalista. Assim, se o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho, ou melhor, com o seu trabalho objetivado, o realiza de tal modo que outro homem estranho a ele, independente dele, torna-se senhor, isto é, proprietário deste objeto.

Então, a propriedade privada³ fundamenta-se na relação do trabalhador com o seu trabalho objetivado, sendo, por sua vez, resultante do processo de alienação do homem sobre o trabalho, visto que, primeiro, não há possibilidade de existir trabalho alienado sem propriedade privada, e segundo, o próprio processo de reprodução da propriedade privada depende necessariamente da alienação do trabalho, da exploração do trabalhador, e neste importante sentido, da submissão das necessidades humanas aos interesses da reprodução do capital.

Cabe ressaltar ainda que o processo de alienação do trabalho torna o trabalhador sempre mais submetido ao capital, colocando as necessidades humanas num patamar muito abaixo das necessidades de acumulação do capital. Assim, a força de trabalho termina por se converter em mercadoria, refletindo, desse modo, a desumanidade social – característica fundamental da sociedade capitalista –, visto

³ Concebida por Marx como: “o produto, o resultado, a conseqüência necessária do trabalho exteriorizado”. Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos. 1ª ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

que desconsidera por completo as reais necessidades do ser humano, aumentando – em proporções alarmantes – a deterioração das condições de sua existência.

Marx assinala que o trabalho alienado gera, por sua própria natureza, a desigualdade social. Pois, quando o capitalista compra a força de trabalho, ele não adquire apenas uma coisa, mas também o poder de expropriar e dominar a vida do trabalhador. Nesse sentido, o capital representa nada mais do que trabalho acumulado de forma privada, que faz com que tudo esteja submetido ao seu modo ser e de operar, com o intuito de manter a sua constante reprodução, expansão e acumulação.

Assim sendo, a produção das desigualdades sociais não se caracteriza como uma deficiência do processo de reprodução do capital, mas sim como um aspecto essencial da sua natureza. É precisamente por este fato que o capital se constitui numa matriz contraditória, pois, na medida em que produz as condições para desenvolver uma acumulação de riqueza extraordinária, também causa a destruição desta mesma riqueza.

Portanto, Marx e Engels (1993, p. 50) asseveram que a força de trabalho, no contexto dessa forma de sociabilidade, não pode ser caracterizada como “a expressão da riqueza sócio-histórica da personalidade do ser humano”, porque se converte, principalmente, na capacidade do dispêndio de força humana, perdendo a sua essência enquanto autoatividade, visto que está subordinada ao capital, tendo, portanto, a sua essência humana deteriorada.

Para uma melhor compreensão acerca da redução da força de trabalho a mera mercadoria, Marx (1983) esclarece que tal redução é o que caracteriza a essência da alienação do trabalho, peculiar ao modo de produção capitalista, cuja finalidade é a intensa produção de mais-valia⁴.

Cabe ressaltar que o trabalho, em seu sentido ontológico, “é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (1984, p. 149). Além disso, Marx (1983, p. 50) ressalta que o trabalho, enquanto criador de valores de uso, é “uma condição de existência do homem, independentemente de todas as

⁴ Conforme Marx, a mais-valia é o trabalho excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista, resultante da subordinação do trabalho ao capital. Ver mais detalhes em MARX, K. *O Capital*. Vol. I (Tomo II), São Paulo, Abril Cultural, 1984.

formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Então o processo de alienação do trabalho resulta numa relação em que tanto a força de trabalho como o produto do trabalho passam a ser apropriados pelo capitalista. E não apenas isso, o trabalho alienado destitui do homem a sua consciência de ser partícipe da natureza, como também de ser consciente de si mesmo, de sua atividade vital, o trabalho.

Por conseguinte, ele aliena o homem do próprio gênero humano, fazendo com que a essência humana deste seja negada, caracterizando-se apenas como um meio de vida individual, fundada em si mesma. Toda essa relação expressa o estranhamento e a desumanização do homem em relação à essência humana, ao reconhecimento do homem sobre o seu processo de autoconstrução.

Posto isso, cabe neste momento compreender por que a força de trabalho é fundamentalmente necessária para o processo de acumulação do capital. Quanto a isso, Marx (1984, p. 187) pontua que o crescimento do capital implica o crescimento do valor da força de trabalho. Tal aumento se dá em virtude do fato de que “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre transformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho”. Isto quer dizer que a mais-valia produzida anualmente, tanto a incorporada ao capital original como a investida em novos empreendimentos, essencial para o crescimento do capital, requer a contratação de força de trabalho, ou seja, de mais trabalhadores que servirão, essencialmente, para garantir a reprodução do capital.

Além disso, o caráter básico da produção capitalista não se modifica “pelas circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam” (Marx, 1984, p. 187.), pois o crescimento do valor da força de trabalho, verificado principalmente nos períodos de crescimento do capital, consiste em parte mesmo do processo de acumulação. Quanto a isso, assinala Marx:

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital (Marx, 1984, p. 188).

A força de trabalho que é comprada pelo capitalista serve, exclusivamente, para a valorização do capital que foi investido, pois a produção capitalista está

voltada apenas, e essencialmente, para a produção de mercadorias que contenham “uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias” (Marx, 1984, p. 188), ou seja, que possuam mais trabalho do que foi pago ao trabalhador.

É precisamente por este fato que, no modo de produção capitalista, a preocupação está centrada não na satisfação das necessidades reais do trabalhador, mas somente na produção de mais-valia, no crescimento contínuo da acumulação de capital. Portanto:

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital (Marx, 1984, p. 191-2).

Nesse contexto, a força de trabalho representa, para o capitalista, não apenas o trabalho vivo necessário para o desenvolvimento do processo produtivo, mas também a única mercadoria que produz valor – tanto na reprodução deste valor como capital quanto na apropriação do trabalho não pago, da mais-valia, por parte do capitalista.

No que concerne aos movimentos existentes no processo de produção capitalista, verificados principalmente no período de desenvolvimento da grande indústria moderna, Marx (1984) evidencia dois momentos constitutivos dele: o primeiro é aquele caracterizado pelo aumento dos salários dos trabalhadores, decorrente do crescimento do capital, e o segundo consiste no momento marcado pelo decréscimo da acumulação de capital.

No primeiro momento deste processo tem-se o progresso da acumulação de capital que é acompanhado, de certo modo, pelo preço da força de trabalho. Entretanto, é importante destacar que a elevação do preço da força de trabalho não alcança o patamar da acumulação de capital, visto que o salário pago ao trabalhador

não chega a ponto de diminuir a taxa de mais-valia⁵. E o segundo momento é aquele em que se verifica a diminuição do salário – este se reduz a um valor que corresponde à valorização do capital –, acompanhando o processo da acumulação.

Podemos verificar, pois, que estes dois momentos característicos da produção capitalista demonstram que o preço da força de trabalho está diretamente vinculado aos movimentos da acumulação do capital. Para o autor:

São esses movimentos absolutos na acumulação do capital que se refletem como movimentos relativos na massa da força de trabalho explorável e, por isso, parecem dever-se ao movimento próprio desta última. Para usar uma expressão matemática: a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário (Marx, 1984, p. 192).

Destarte, a relação estabelecida entre capital, acumulação e valor da força de trabalho constitui nada mais que a relação entre trabalho não pago, que por sua vez é apropriado pelo capitalista, e trabalho pago – parte destinada ao pagamento do salário do trabalhador. Não estabelece, portanto, a relação entre duas grandezas independentes entre si, de um lado o capital e de outro a população trabalhadora. Desta forma, Marx (1984) assinala que:

Se cresce a quantidade de trabalho não-pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe (Marx, 1984, p. 193).

O que se verifica novamente é que, no modo de produção capitalista, o trabalhador está subordinado às condições impostas pelo movimento do capital, pois, se o preço de sua força de trabalho aumenta ou diminui, isso dependerá, exclusivamente, do fluxo ou do refluxo deste movimento. Portanto, o aumento do

⁵ De acordo com Marx, a taxa de mais-valia depende da “proporção entre a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o excedente de tempo, ou sobretrabalho, realizado para o capitalista”. Conf. Marx, K. *Trabalho assalariado e capital*, editora: Expressão Popular, 2006, p. 115.

preço do trabalho permanece restrito a limites que não somente não possibilitam de forma alguma alcançar os fundamentos do modo de produção capitalista, mas também asseguram a sua reprodução em escala progressiva.

Postos alguns dos aspectos fundamentais do processo de acumulação do capital, faz-se necessário, neste momento, elucidar uma característica muito importante da economia capitalista, assinalada por Marx (1984) – que estudou as obras dos economistas clássicos, como, por exemplo, Adam Smith – que é a constatação de que não é o aumento da riqueza social que garante o aumento do preço da força de trabalho, mas sim o crescimento progressivo da acumulação de capital.

Sabe-se que em determinado momento de desenvolvimento do modo de produção capitalista foi possível combinar o crescimento da acumulação com a elevação do capital variável, pois a mais-valia acumulada anualmente permitia o investimento em novos meios de produção e, conseqüentemente, tal investimento requeria a contratação de mais trabalhadores no processo produtivo. Então, a partir do aumento da produtividade do trabalho surge uma nova fase no processo de acumulação, determinada pela mudança na composição técnica do capital.

Diferentemente do período anterior em que o crescimento do capital implicava, necessariamente, o investimento tanto em meios de produção como a contratação de novos trabalhadores, observa-se, neste novo momento, um aumento no volume dos meios de produção paralelamente à redução da quantidade de trabalhadores requeridos para o desenvolvimento do processo produtivo. Tal mudança mostra claramente a diminuição do capital variável (valor da força de trabalho) e o crescimento do capital constante (valor dos meios de produção).

Entretanto, Marx (1984) ressalta que por meio da análise das mudanças empreendidas na composição-valor⁶ e na composição técnica⁷ do capital, é possível constatar que o crescimento da diferença entre capital constante e capital variável apresenta-se menor que a diferença encontrada entre a massa dos meios de

⁶ De acordo com Marx, a composição valor compreende a divisão que se estabelece entre capital constante e capital variável, ou seja, “é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários” (p. 187). Conf. MARX, K. *O Capital*. Vol. I (Tomo II), São Paulo, Abril Cultural, 1984.

⁷ A composição técnica é determinada “pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego” (*Ibid.*).

produção e a quantidade de trabalhadores contratados para o funcionamento da produção capitalista.

Podemos apreender, nesse sentido, que, ao passo que o capital investe no aprimoramento dos meios de produção por meio da utilização de novas técnicas, em virtude do desenvolvimento da ciência, a força de trabalho viva passa a ser cada vez mais dispensada do processo produtivo.

Portanto, essas mudanças processadas na composição técnica do capital estão voltadas para o crescimento da acumulação. Pois o capital que é investido no aperfeiçoamento dos meios de produção – servindo principalmente para poupar força de trabalho, reduzindo os custos do capitalista – tem como principal objetivo garantir a progressiva acumulação do capital, buscando, sempre que necessário, ultrapassar todas as barreiras encontradas no seu caminho, contornando as causas e efeitos de seu impulso à expansão e à acumulação.

1.2 O processo de acumulação e concentração do capital: causas e efeitos

O modo de produção especificamente capitalista, marcado pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas, assim como a mudança causada na composição orgânica do capital (caracterizada pela redução do capital variável e aumento do capital constante), progride constantemente com o crescimento da acumulação do capital, com o aumento da riqueza social.

De acordo com Marx (1984, p. 199), o rápido avanço desse processo se dá porque “tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original”.

O autor evidencia que o processo de acumulação do capital global acarreta inevitavelmente o decréscimo da demanda de trabalho. Todavia, este fato não significa que com o referido progresso o capital não tenha a necessidade de contratar mais trabalhadores para o desenvolvimento do processo produtivo, mas que a inserção de trabalhadores diminui relativamente ao aumento do capital global. Então se faz necessária “uma acumulação acelerada do capital global em

progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento” (1984, p. 199).

De acordo com Marx (1984), essa acumulação crescente e a centralização se transformam numa fonte de mudanças na composição do capital, visto que, na medida em que sua parte constante aumenta, sua parte variável diminui. Quanto a isso, o autor explicita que:

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou dos seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (Marx, 1984, p. 199).

O referido autor esclarece que ao passo que a população trabalhadora valoriza o capital e, desse modo, garante a acumulação capitalista, ela também cria as condições necessárias – que reduzem a demanda de trabalho, isto é, a quantidade de trabalhadores necessários para o desenvolvimento do processo produtivo, em virtude das novas técnicas incorporadas neste processo – para a formação da superpopulação ou “exército industrial de reserva”, constituída, por sua vez, pelos trabalhadores desempregados e semiempregados.

Então, nesse contexto, é possível verificar que a superpopulação consiste numa consequência do processo de acumulação do capital, ou seja, do progresso da riqueza produzida no capitalismo, tornando-se, de acordo com Marx (1984, p. 200), a “alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista”. Assim, é somente de forma aparente que a superpopulação é vista como parte da classe trabalhadora não mais necessária à produção capitalista, pois o que se verifica de fato é que ela representa, unicamente, força de trabalho sempre disponível para contribuir no processo de acumulação do capital.

Parte dos trabalhadores que constitui o denominado “exército industrial de reserva” é frequentemente requisitada para compor – por determinado espaço de

tempo – alguns campos da produção, criados em virtude da expansão do capital. A conservação do “exército industrial de reserva” é de fundamental importância para a acumulação do capital. Marx (1984) assevera que a introdução desses trabalhadores no processo produtivo contribui para dar sequência ao crescimento dos lucros em setores considerados estratégicos da produção, sem comprometer, no entanto, os demais campos produtivos quanto à ausência de força de trabalho.

Por conseguinte, argumenta Marx:

[...] grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê. O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais energéticos agentes de sua reprodução (Marx, 1984, p. 201).

Diante do que já foi exposto, é possível apreender que com o progresso da acumulação o capital variável também aumenta, entretanto este crescimento não se reflete num aumento significativo da quantidade de trabalhadores, mas especialmente no acréscimo⁸ do valor do salário daqueles já inseridos no processo produtivo.

Sob o ponto de vista de Marx, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho, considerados concomitantemente causa e efeito da acumulação, capacita o capitalista para colocar em ação, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, muito mais trabalho por meio da exploração das forças de trabalho individuais, quer seja de forma extensiva, quer seja de forma intensiva.

O referido autor esclarece ainda que “com capital do mesmo valor ele compra mais força de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil” (Marx, 1984, p. 203). Intensifica, desse modo, o

⁸ É importante destacar que este acréscimo, segundo Marx (1984), vem acompanhado de mais-trabalho, isto é, de mais exploração dos trabalhadores por parte do capitalista.

processo de exploração do trabalho, aumentando a subordinação do trabalho ao capital, pois o capital passa a absorver todos os âmbitos da vida dos trabalhadores.

Por conseguinte, Marx afirma que com o progresso da acumulação, mesmo sem a contratação de novos trabalhadores, uma grande quantidade de capital variável põe mais trabalho em ação; por outro lado, uma mesma quantidade de capital variável põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho. Para Marx,

A produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção, de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação á constante (Marx, 1984, p. 203).

Isso quer dizer que o sobretrabalho de certa parcela ocupada da classe trabalhadora, conseqüentemente, aumentará as fileiras do seu exército de reserva; entretanto, Marx (1984, p. 203) assevera que “a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital”.

A circunstância de que uma determinada parte da classe trabalhadora é forçada a permanecer na ociosidade enquanto a outra se submete ao sobretrabalho caracteriza, igualmente, “um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social” (1984, p. 203).

Marx esclarece ainda que a demanda e a oferta de trabalho são reguladas, exclusivamente, pela expansão ou contração do exército industrial de reserva – determinadas pelas mudanças processadas no ciclo industrial. Desta forma, nos momentos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores e contém suas aspirações no período de superprodução e no apogeu. Na perspectiva de Marx,

A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital (Marx, 1984, p. 205).

Portanto, o capital opera igualmente nos dois momentos constitutivos do processo de produção capitalista. Primeiro, quando se verifica o crescimento da acumulação, tem-se a necessidade de aumentar a demanda de trabalho; segundo, o capital realiza a retirada de mais trabalho de uma determinada parcela da classe trabalhadora, passando a conceder-lhe, de certa forma, um aumento salarial, em vez da contratação de mais trabalhadores.

Com isso, ocorre a intensificação do processo de trabalho, uma maior exploração dos trabalhadores contratados para desenvolver o processo produtivo, contribuindo para o aumento significativo da quantidade de trabalhadores excedentes, isto é, para a expansão do exército industrial de reserva.

À medida que se dá o progresso da acumulação capitalista, ocorre também o crescimento do exército industrial de reserva e, por conseguinte, o constante aumento do pauperismo dessa camada de trabalhadores que se encontra à disposição do capital, sendo submetida, portanto, às condições mais desumanas de trabalho.

Para uma melhor compreensão do progresso da acumulação capitalista e do pauperismo, faz-se necessária uma breve exposição, conforme Marx (1984), dos diversos modos de existência da superpopulação relativa. Para o referido autor, ela é composta por um contingente humano vulnerável às mais diferentes condições de trabalho. Fazem parte dela todos os trabalhadores desempregados – mesmo que seja apenas por um determinado espaço de tempo. Além disso, a superpopulação relativa é constituída por três formas, quais sejam: a líquida, a latente e a estagnada.

No que concerne à superpopulação líquida, Marx demonstra que ela é composta pelos trabalhadores excedentes provenientes dos grandes e modernos centros industriais. Tais trabalhadores são repelidos ou atraídos pelo processo produtivo segundo as movimentações do ciclo industrial. A referida forma de superpopulação está vinculada à escala da produção e cresce proporcionalmente ao desenvolvimento da indústria.

Já a superpopulação latente surge em virtude da inserção da produção capitalista no campo. Em decorrência da redução dos postos de trabalho, levada a efeito pela indústria moderna, os trabalhadores são repelidos de seus locais de trabalho – é importante destacar que esta repulsão não é acompanhada pela atração como ocorre com a superpopulação líquida –, fazendo com que estes

passem, sempre mais e mais, a escoar para as cidades de modo que possam se juntar ao proletariado urbano. Todavia, Marx afirma que:

[...] seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo (Marx, 1984, p. 208).

Desse modo, a situação em que determinada parcela de trabalhadores rurais passa, sucessivamente, a ingressar no proletariado urbano expressa o fato de que uma quantidade crescente de trabalhadores perdeu seus antigos postos de trabalho no campo. E, ao fluir para as cidades, esses trabalhadores rurais são empregados de modo temporário, na condição de receberem um salário que, por sua vez, é insuficiente para a manutenção de suas necessidades básicas. É precisamente por esse motivo que, segundo Marx (1984), estes trabalhadores encontram-se sempre em situação de pauperismo.

No que se refere à superpopulação estagnada, cabe destacar que ela é constituída por trabalhadores que fazem parte do processo produtivo, mas que se encontram nele de forma irregular – são os denominados semiempregados. Segundo Marx (1984), um dos aspectos característicos desse modelo de emprego é a intensa exploração a que o trabalhador semiempregado está submetido, pois ele trabalha mais que os outros tipos de empregados, entretanto, recebe um salário bem inferior.

Nesse sentido, Marx (1984, p. 208) destaca que a condição de existência da superpopulação estagnada mostra-se “abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital”.

Reunida a essas três formas que compõem a superpopulação relativa – que estão vinculadas ao processo produtivo, mesmo em diferentes graus e condições –, há também outra parte do “exército industrial de reserva” que se encontra numa situação de extrema pobreza, ou seja, de pauperismo, denominada de *lumpemproletariado*.

Marx afirma que separando vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o *lumpemproletariado*, esta camada da superpopulação está dividida em três

categorias: a primeira é constituída pelos trabalhadores que são aptos para o desenvolvimento do trabalho e que são absorvidos pela indústria nos períodos de crescimento e expansão do capital, entretanto, são dispensados nos momentos de crises; a segunda é representada pelos órfãos e crianças desprovidas que, também em tempos de grande prosperidade da produção capitalista, são incorporados pela indústria como mão de obra barata; e a terceira é constituída pelos indivíduos que se encontram impossibilitados de continuar, ou mesmo de ingressar, no processo produtivo.

Além disso, nesta última categoria encontram-se também aqueles indivíduos que já passaram da idade média necessária para exercer determinado trabalho, bem como aqueles considerados inválidos, quer seja por acidentes no trabalho – em virtude da utilização de maquinaria perigosa –, quer seja por possuir qualquer tipo de deficiência.

Assim, Marx (1984, p. 209) ressalta que “o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”. Pois a produção do pauperismo está incluída na produção da superpopulação relativa, bem como a sua necessidade na necessidade dela, e “ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza”.

O autor assinala ainda que “quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (1984, p. 209). Dessa forma, o desenvolvimento da força de trabalho disponível se processa na mesma medida em que se desenvolve a força expansiva do capital. Neste contexto, assinala Marx:

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista (Marx, 1984, p. 209).

O autor destaca nessa citação a relação intrínseca entre o progresso da acumulação do capital, o crescimento do “exército industrial de reserva” e o aumento

do pauperismo. Portanto, a partir do progresso do capital tem-se a possibilidade de redução da demanda de trabalho. Tal redução caracteriza-se pelo aumento significativo da quantidade de trabalhadores desempregados, ampliando mais e mais o exército industrial de reserva. Sendo assim, conforme demonstra Marx, quanto maior o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo.

Assim, o pauperismo constitui-se numa composição da lógica perversa do processo de acumulação capitalista, num efeito inevitável do processo de acumulação e concentração do capital, visto que à medida que se dá o desenvolvimento do sistema capitalista – por meio do progresso da acumulação –, tem-se o crescimento intensivo da deterioração das condições de existência da classe trabalhadora.

Compreendemos, pois, que a centralização da riqueza de um lado significa inevitavelmente o aumento da miséria do outro. Portanto, podemos assim resumir a lei geral da acumulação capitalista: desenvolvimento das forças produtivas de um lado e crescimento do pauperismo, da acumulação da miséria, de outro.

Com base nos estudos de Marx sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, Pimentel (2007, p. 53), destaca que no decorrer do processo de industrialização na Europa – com o aparecimento da classe operária e dos problemas socioeconômicos e políticos suscitados pelo capitalismo – são constituídas diversas formas de organização e luta da classe operária por melhores condições de vida e de trabalho, colocando em questão a ordem socioeconômica e moral estabelecida, que se torna uma ameaça constante. A partir desse momento, têm-se “as raízes da denominada ‘Questão Social’ diretamente imbricada à exploração do trabalho no capitalismo e da luta da classe operária na busca do acesso à riqueza socialmente produzida”.

A referida autora pontua que tanto a causa como o efeito da acumulação residem no desenvolvimento do sistema capitalista e na força produtiva do trabalho, que possibilitam ao capitalista colocar em prática, com o mesmo dispêndio de capital variável, sempre mais trabalho, por meio da exploração das forças de trabalho individuais, quer seja de modo intensivo, quer seja de modo extensivo.

Pimentel (2007, p. 170) ressalta ainda que o fenômeno “que se originou com o pauperismo constitui uma das expressões primeiras daquilo que se convencionou denominar ‘questão social’, considerando a dimensão imanente ao conflito de classes no capitalismo, manifesta na desigualdade social”.

É importante ressaltar que a produção do pauperismo faz parte da produção da superpopulação relativa, bem como a sua necessidade; constituindo, pois, a condição de existência da produção capitalista. Condição esta, portanto, determinante, visto que a miséria somente existe porque está alicerçada nela. Expressa-se, pois, o caráter contraditório dessa relação: produz acumulação da miséria de um lado, e acumulação do capital de outro.

Diante do que foi exposto até o momento é possível afirmar que Marx (1984), a partir da análise da lei geral da acumulação capitalista, descobre o fundamento ontológico da relação entre desenvolvimento capitalista e aumento da degradação das condições materiais de existência da classe trabalhadora. Assim, a base de sua origem é fundamentalmente econômica.

É precisamente no sistema capitalista que, segundo Marx (1984, p. 293), os trabalhadores convertem-se em proletários assalariados e “suas condições de trabalho em capital”. Além disso, tem-se a socialização do trabalho, a transformação “da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados”, como também “o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial”.

Todos esses aspectos caracterizam o processo de desenvolvimento mundial do sistema do capital, ou seja, “o caráter internacional do regime capitalista”, sempre direcionado pelo objetivo de expansão e acumulação do capital (1984, p. 293). Nesse sentido, podemos compreender, de acordo com o autor, que com o desenvolvimento do sistema do capital, a concentração capitalista acarreta a centralização do capital, que se expressa na expropriação dos pequenos capitalistas pelos grandes possuidores de capital, “os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação”.

O aspecto mais nítido desse amplo processo da acumulação do capital é nada mais que o “crescimento e extensão da miséria, da opressão, da exploração” (1984, p. 293). Deste modo, ao mesmo tempo que ocorre a degradação das condições de existência da classe trabalhadora, acontece também o agravamento das contradições intrínsecas ao sistema do capital, pois

O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é

arrebentado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados (Marx, 1984, p. 294).

Marx (1984, p. 294) demonstra com isso que o desenvolvimento do sistema capitalista determina, de modo inevitável, a produção dos elementos para seu próprio aniquilamento, isto é, “a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação”. Então, o autor assevera: se o surgimento do sistema do capital necessitou da “expropriação da massa do povo por poucos usurpadores”, na transformação da propriedade privada capitalista em propriedade coletiva, social, acontecerá o contrário: a “expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”.

1.3 O Estado moderno como instrumento necessário para garantir a viabilidade do processo de expansão capitalista

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, ocorrem também diversas transformações que estavam se processando na base econômica da sociedade e que colaboraram efetivamente para a exploração cada vez maior do trabalho assalariado, por meio das quais os capitalistas faziam uso de métodos violentos, cuja finalidade é a intensa extração de mais-valia para acumular capital. Para Marx,

[...] Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica Marx, 1984, p. 286).

Um desses métodos foi o sistema colonial, baseado na exploração das colônias, tendo em vista o monopólio. Ele era muito rentável para o capital e foi de suma importância para a acumulação primitiva; além disso, a venda dos escravos – aspecto fundamental do sistema colonial – possibilitou a acumulação de um montante significativo de capital, bem como um desenvolvimento econômico bastante considerável, pois, como evidencia Marx:

[Ele] fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação [...] às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital (Marx, 1984, p. 287).

Marx (1984) assinala que, na fase inicial da grande indústria, caracterizada pela revolução no sistema de maquinarias, tem-se uma enorme necessidade de força de trabalho para assegurar a viabilidade do processo produtivo, e concomitante a isso se tem uma intensificação da exploração do trabalho assalariado.

Além disso, ocorre também a introdução no processo produtivo do trabalho feminino e infantil, como forças de trabalho suplementares que são apropriadas pelo capital, ampliando, dessa forma, “o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (1984, p. 23).

Quanto à inserção e à exploração desmedida da mão de obra feminina e infantil no processo de produção capitalista, significativamente no período da grande indústria, o autor nos esclarece que:

O barateamento da força de trabalho por meio do mero abuso de forças de trabalho femininas e imaturas, do mero roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida e da mera brutalidade do trabalho excessivo e noturno choca-se, por fim, com certas barreiras naturais não mais transponíveis, o mesmo ocorrendo com o barateamento das mercadorias e com a exploração capitalista em geral, quando repousam nesses fundamentos (Marx, 1984, p. 78).

Dessa forma, é possível compreender que a desumanidade do sistema do capital lhe é intrínseca. Pois, para acumular e obter a mais-valia, o capitalista⁹ faz uso, se necessário, dos métodos mais violentos. Isto quer dizer que se para alcançar os seus objetivos for preciso explorar crianças, privá-las de liberdade e até mesmo das condições básicas imprescindíveis para a sua subsistência, ele assim o fará.

⁹ E isso não é uma questão de ser um indivíduo bom ou mau. Mas de seguir a lógica do capital se quiser se manter como capitalista.

É importante destacar que o trabalho feminino e infantil permite ao capitalista diminuir os custos relativos às despesas com a força de trabalho; além disso, as pequenas mãos das crianças servem também para a realização de determinadas atividades que são desempenhadas com dificuldade pelos adultos, como, por exemplo, o encaixe de pequenas peças, elevando assim os lucros dos exploradores deste tipo de trabalho.

É precisamente neste período, marcado pela produção científica e tecnológica, que se tem, de acordo com Marx (1984, p. e89), um revolucionamento do processo de produção que modifica constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e, por conseguinte, “lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro”.

Além disso, a própria natureza da grande indústria necessita da variação do trabalho, do desempenho de diversas funções sociais por parte do trabalhador. No que concerne a esse aspecto, o autor assinala que:

[...] se a variação do trabalho agora se impõe apenas como lei natural preponderante e com o cego efeito destrutivo de uma lei natural, que se defronta com obstáculos por toda parte, a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e portanto a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho (Marx, 1984, p. 89-90).

Outro aspecto a ser considerado é a exploração do trabalhador no interior da fábrica, pois neste âmbito a opressão é velada pela formalização de um contrato entre o capitalista (patrão) e o trabalhador (empregado), que pressupõe uma igualdade de direitos entre quem vende e quem compra a força de trabalho.

Nessa relação, como já foi mencionado anteriormente, o que não fica evidente é que o salário que aparece como o pagamento pelo trabalho é apenas uma remuneração que permite a compra dos valores para a reprodução mínima do trabalhador, ou seja, representa apenas parte do trabalho. Assim, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miséria acumula para si, pois toda produção é

apropriada pelo capitalista. Essa é a contradição essencial do sistema capitalista: a produção da riqueza é cada vez mais social, enquanto a apropriação desta é cada vez mais privada.

Cabe salientar que tal relação é assegurada, na maioria das vezes, pelo uso da violência econômica (extração do excedente produzido pelo trabalhador), que se dá segundo as leis que regulam a lógica de mercado, a qual determina quem vende e quem compra – o que se produz, quanto, onde, para que e como produz –, tendo sempre como fim maior a valorização e expansão do capital em detrimento da valorização humana.

Posto isso, é de fundamental importância assinalar que em meio ao processo de expansão capitalista, já pontuado anteriormente, outro aspecto, não menos importante, deve ser aqui considerado, qual seja o fato de que desde o período da assim chamada acumulação primitiva, o sistema do capital necessitou de um instrumento que garantisse a manutenção da propriedade privada, como também assegurasse o domínio de classe, a exploração dos trabalhadores.

É precisamente nesse contexto que surge o Estado moderno como um instrumento de opressão, de controle, necessário para manter a ordem de uma sociedade estruturalmente desigual e antagônica. Quanto a isso, Marx (1984, p. 277) esclarece que “já no momento da acumulação primitiva do capital, houve a necessidade de fazer uso da força coercitiva do Estado para prolongar a jornada de trabalho e adequar o salário aos limites pertinentes à extração de mais-valia e à acumulação progressiva do capital”, assegurando, dessa forma, os interesses das classes dominantes.

Posteriormente, em virtude do elevado desenvolvimento das forças produtivas, a própria expansão capitalista, especialmente a partir da formação da superpopulação ou “exército industrial de reserva”, transforma as relações proporcionadas pela produção capitalista em relações naturais.

Tudo isso acaba impelindo o trabalhador a se submeter às condições impostas pelo sistema do capital sem que, necessariamente, se faça uso da violência extra-econômica direta, ou seja, da força coercitiva do Estado para efetivar tal subordinação. Para Marx:

A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (Marx, 1984, p. 277).

Conseqüentemente, o aspecto mais nítido do processo de expansão e acumulação capitalista consiste no aumento e na extensão da miséria, da exploração, da dominação de classe. Todavia, é preciso compreender que o papel do Estado moderno, ante o processo de reprodução do sistema do capital, é de suma relevância já que se constitui num instrumento de manutenção da ordem e reprodução da classe dominante, e principalmente num mecanismo de controle do capital sobre o trabalho, contribuindo significativamente para assegurar o processo de exploração do trabalho excedente.

O sistema capitalista faz uso dos mais diversos métodos, não necessariamente violentos, para extrair a mais-valia do trabalhador, como, por exemplo: o aumento da jornada de trabalho (dentro dos limites legais) e a intensificação do trabalho com o manuseio integral de várias máquinas ou funções.

E assim, em circunstâncias específicas, também faz uso da violência extraeconômica, quando o Estado intervém por meio de políticas ou leis que asseguram a exploração ou legitimam outras formas de violência criadas, enquanto formas de controle, e ainda quando faz uso da força policial para reprimir os movimentos populares de resistência ou a classe trabalhadora em momentos de reação à exploração e ao pauperismo.

O Estado moderno tem o papel de administrar os conflitos provenientes da desigualdade social, para manter o domínio de uma classe (a dominante) sobre outra (a dominada). Ele representa uma necessidade da sociedade burguesa para garantir o controle e a ordem diante dos conflitos e problemas que emanam da contradição entre capital e trabalho, da exploração, da dominação de classe; além de assegurar a manutenção da propriedade privada e a reprodução ampliada do capital.

É importante compreender que o Estado capitalista se apresenta com uma característica peculiar, diferente dos demais que evidenciavam a desigualdade

social: ele afirma uma igualdade formal (política e jurídica) entre os indivíduos, enquanto vela a desigualdade real, material. Como afirmam Lessa e Tonet (2008, p. 89):

Em outras palavras, o Estado capitalista afirma a igualdade formal, política e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. A igualdade burguesa, tal como a democracia burguesa, nada mais é do que a máxima liberdade do capital para explorar os trabalhadores. E o Estado burguês, por mais democrático que seja, será sempre um instrumento especial de repressão contra os trabalhadores.

Dessa forma, no sistema do capital, o Estado tem o monopólio da violência organizada (extraeconômica), “sem a qual a exploração do trabalho não é possível” (Lessa, 2007, p. 53), pois por meio de seu poder político cria mecanismos (leis, políticas públicas etc.) de exploração e controle da classe trabalhadora para extrair o máximo de mais-valia e manter a ordem vigente¹⁰.

Entretanto, Tonet (1995, p. 56), com base em Marx, assinala que “o Estado moderno não tem o poder de solucionar, de acabar com os problemas e conflitos oriundos das contradições próprias da sociedade burguesa”, desta forma particular de ordenamento social.

Cabe ao Estado apenas, e dentro de certos limites, remediar, contornar os problemas sociais com medidas paliativas, visto que a própria dinâmica da sociedade civil não permite a eliminação dos “males sociais”, das desigualdades necessárias para o processo de perpetuação do domínio da minoria (burguesia) sobre a maioria (proletariado).

Além disso, é pertinente destacar que os problemas sociais, isto é, o desemprego, o pauperismo, a miséria, dentre tantos outros, são resultantes das relações sociais de trabalho alienadas que caracterizam a sociedade capitalista e que, portanto, degradam as condições de existência da classe trabalhadora, intensificando cada vez mais a subordinação do trabalho ao capital.

Por conseguinte, são relações necessárias ao desenvolvimento do processo de expansão e acumulação capitalista. Nesse sentido, Tonet assevera que

¹⁰ Entre estes mecanismos para manter a ordem vigente, encontramos o Direito, que se constitui de um conjunto de regras que controlam e protegem a propriedade privada.

[...] a degradação da vida dos trabalhadores não é um simples defeito de percurso, é o resultado ineliminável da forma das relações sociais de trabalho. Ora, na medida em que o Estado é um instrumento de reprodução destas relações sociais, é-lhe vedada a possibilidade de tomar medidas que eliminem os problemas sociais. Sua atividade só pode ser 'formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder' (Tonet, 1995, p. 57)

Assim, o Estado não pode reconhecer que as causas dos problemas sociais emanam da essência desta forma de sociabilidade, pois seria o mesmo que reconhecer a sua impotência diante dos conflitos sociais. E, mesmo quando ele admite a existência dos "males sociais", sempre procura as causas em outras dimensões, como, por exemplo, em leis da natureza, na vida privada etc., mas não na ineficiência de sua administração.

Em síntese, Tonet (1995, p. 57) ressalta a afirmação de Marx quanto a essa questão, pontuando que "se o Estado quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria de acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela".

Dessa forma, o Estado não pode reconhecer, e muito menos admitir, que a desigualdade, os conflitos etc. fazem parte da própria essência da sociedade burguesa, pois colocaria em questão a sua própria existência, porquanto a eliminação desta forma de sociabilidade pressupõe a eliminação do Estado, pois ele só existe como consequência desta sociedade regida pelo capital. Portanto, superando este modo de produção, baseado na exploração do trabalho pelo capital, serão superados todos os antagonismos e contradições dele decorrentes.

Diante do contexto da crise estrutural do capital que se prolonga desde a década de 70 até os dias atuais, podemos verificar, de acordo com Mészáros (2002), que o Estado moderno é fundamentalmente necessário para a viabilidade dos objetivos de expansão e acumulação do capital, tendo como função contornar as contradições acumuladas desde o fim da fase de ascendência histórica do capital.

Segundo Mészáros, nesse contexto, houve um aumento significativo da intervenção política do Estado moderno em virtude das dificuldades encontradas pelo capital para solucionar os problemas e contradições decorrentes de seu

processo contínuo de expansão e acumulação. Para Mészáros (2002, p. 158), os defeitos estruturais do sistema do capital em sua fase de expansão foram minimizados por meio da “intensificação da produtividade e do deslocamento das contradições internas para outros espaços não incorporados pelo sistema reprodutivo dominante”. Entretanto, esses defeitos não poderão ser mais atenuados, visto que constituem “a base de existência contraditória do capital”.

O Estado moderno vem complementar a ação do capital, no sentido de remediar os antagonismos e contradições geradas pelo próprio sistema, exercendo o “controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam das unidades produtivas isoladas do capital” (Mészáros, 2002, p. 107). É o Estado moderno que garante a operação, a coesão e a preservação do sistema do capital, permitindo assim o seu funcionamento.

Além disso, como já mencionamos anteriormente, o Estado moderno desenvolve uma ação corretiva dos defeitos estruturais, não no sentido de eliminá-los, mas sim para mantê-los sob controle, principalmente em contextos de crise, “assegurando as condições gerais para extração do trabalho excedente” (Mészáros, 2002, p.62).

Portanto, o capital necessita fundamentalmente do Estado para garantir o seu contínuo processo de expansão e acumulação, seja pelo uso da coesão ou do consenso, constituindo-se num mecanismo de controle do capital sobre o trabalho. De acordo com Mészáros (2002, p. 121), o Estado moderno torna-se “absolutamente vital para a sustentabilidade material de todo o sistema”.

CAPÍTULO 2. O ANTAGONISMO DO SISTEMA DO CAPITAL E SUA CRISE ESTRUTURAL

A partir do estudo da Lei Geral da Acumulação Capitalista, compreendemos os aspectos fundamentais que constituem a sociedade capitalista: o processo de acumulação do sistema do capital, o surgimento do pauperismo e suas consequências, assim como o papel fundamental desempenhado pelo Estado na manutenção da relação de dominação do capital sobre o trabalho. Seguindo o mesmo caminho, pretendemos neste momento refletir sobre os antagonismos do sistema do capital, com base em Marx e em alguns de seus estudiosos, como Braverman, Mészáros e outros, no sentido de apreender o antagonismo deste sistema, cujos objetivos estão voltados para a contínua expansão e acumulação, em detrimento das necessidades humanas. Além das crises decorrentes de seu impulso para o alcance desses objetivos, principalmente a crise estrutural que vivenciamos no contexto atual.

2.1 Os objetivos do sistema do capital: expandir e acumular

O crescente desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado fundamentalmente pela Revolução Industrial, possibilitou, dentre outras coisas, a constante transformação dos meios de produção, uma maior divisão do trabalho e um amplo emprego de maquinarias, aumentando assim em grande escala o processo de trabalho.

Não se pode negar que essa revolução propiciou um aumento significativo da produção de mercadorias e levou a classe capitalista ao poder. Além disso, representou também a possibilidade de diminuir o tempo de utilização da força de trabalho, constituindo-se assim num grande progresso para a humanidade. Todavia, o aperfeiçoamento dos meios de produção acarretou a diminuição da demanda de trabalho e, por conseguinte, a elevação do número de desempregados. Isso representou o agravamento das condições materiais de existência dos trabalhadores.

Pode-se compreender então claramente a Lei geral da acumulação capitalista, assinalada por Marx em “O capital” e discutida no capítulo anterior, a qual afirma ser o progresso da acumulação proporcional ao aumento da pobreza. De acordo com Marx (2006, p. 62), é esse contínuo revolucionamento dos meios de produção que determina a lei da produção burguesa e que a faz “sair constantemente dos seus velhos trilhos e obriga o capital a intensificar sempre mais as forças de produção do trabalho”.

Segundo o autor, os meios de produção, quaisquer que sejam, são sempre generalizados pela concorrência que impõe ao capitalista a venda mais maciça dos produtos do trabalho para garantir a mais-valia e a reposição dos custos de produção. É precisamente por isso que:

Essa venda maciça tornou-se uma questão vital não apenas para ele, mas também para os seus rivais, a velha luta se faz tanto mais violenta quanto mais lucrativos forem os meios de produção já inventados. A divisão do trabalho e a aplicação da maquinaria continuarão, portanto, a se desenvolver numa escala incomparavelmente maior (Marx, 2006, p. 62).

Assim, a concorrência procura, e sempre procurará, retirar do capitalista o máximo dos lucros gerados pelos meios de produção, no sentido de reduzir o preço das mercadorias ao custo de sua produção – barateamento da produção –, tendo em vista exclusivamente a valorização do capital. Por conseguinte, com o aumento da divisão do trabalho, o processo de trabalho torna-se cada vez mais simplificado e desvalorizado. Para Marx (2006, p. 64) a ampliação da divisão do trabalho faz com que a força de trabalho se torne “uma força produtiva simples, monótona, que não tem de pôr em jogo energias físicas nem intelectuais”.

Então, quanto mais o trabalho se torna sem valor, menos possibilita a satisfação das necessidades vitais do trabalhador e representa um sacrifício, e ainda mais aumenta a concorrência e a diminuição do salário. Quanto a isso, Marx (2006) demonstra que o trabalhador procura trabalhar mais e mais para manter o seu salário, garantir o mínimo para a sua sobrevivência,

[...] seja trabalhando mais horas, seja produzindo mais no mesmo tempo. Pressionado pelas privações, aumenta ainda mais os efeitos funestos da divisão do trabalho. O resultado é: quanto mais trabalha

menos salário recebe. E precisamente pela simples razão de que, na medida em que faz concorrência aos seus companheiros operários, faz, portanto, dos seus companheiros operários outros tantos concorrentes, os quais se oferecem em condições tão ruins como ele próprio, porque ele, por conseguinte, em última instância, faz concorrência a si mesmo, a si mesmo como membro da classe operária (Marx, 2006, p. 64).

Podemos observar, portanto, que na medida em que o capital produtivo cresce, amplia-se também o emprego da maquinaria e a divisão do trabalho. E quanto mais esta última cresce, a concorrência se expande, o salário dos trabalhadores diminui, e assim, aumentam as fileiras do exército de reserva.

Huberman (1985, p. 252), com base em Marx, ressalta que é precisamente a partir de 1870 que a concorrência entre as grandes indústrias capitalistas possibilita o surgimento de trustes e cartéis, dando assim lugar ao monopólio. Segundo o referido autor, “em toda parte houve crescimento, fusão e concentração – indústrias gigantescas se formavam, indústrias que buscavam o monopólio”.

O monopólio não foi algo que surgiu do nada, pelo contrário, a própria concorrência, à medida que reduziu o número dos negócios, constituindo grandes indústrias por meio da fusão e concentração, exerceu um papel determinante no processo de concentração da produção, que conduziu inevitavelmente ao monopólio. E esta substituição da concorrência pelo monopólio constitui um dos elementos mais importantes do desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor:

A substituição gradual da concorrência pelo monopólio não foi uma imposição externa, mas uma evolução da própria concorrência. O monopólio surgiu de dentro da concorrência – uma ilustração da verdade de que cada sistema, ou acontecimento, traz em si as sementes da transformação. O monopólio não foi um invasor estranho que atacasse e conquistasse a concorrência. Foi um crescimento natural da própria concorrência. (Huberman, 1985, p. 252).

Não podemos deixar de ressaltar a forte concorrência entre as indústrias capitalistas no sentido de produzir sempre em maior escala para valorizar o capital, fazendo uso de grandes meios de produção e colocando em movimento todas as possibilidades do crédito. A concorrência entre as grandes empresas capitalistas acontece, de acordo com Huberman, do seguinte modo:

Duas companhias concorrem num certo ramo. Uma dá um golpe na outra, reduzindo seus preços. Esta reage reduzindo-os ainda mais. E assim por diante. Golpes – na forma de redução de preços – são trocados (...). É evidente também que quanto maior a escala de produção tanto menores os custos. Isso significa que as companhias maiores e mais fortes têm vantagem inicial. Mas é a capacidade de resistir, nessa luta, é medida pelas reservas de capital, que determinam o tempo de resistência. A firma com maior volume de capital é a mais forte (Huberman, 1985, p. 253).

Isso esclarece o argumento defendido por Marx de que os monopólios surgem da própria concorrência, uma vez que:

A batalha da concorrência é disputada com o barateamento das mercadorias. O preço da mercadoria depende (...) da produtividade do trabalho, e essa, novamente, da escala da produção. Portanto, o capital maior derrota o capital menor (...) A concorrência (...) termina sempre com a ruína de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais em parte passam às mãos de seus vencedores, e em parte desaparecem (Marx, apud Huberman, 1985, p. 253).

Então, é preciso compreender como se dá o desenvolvimento dos monopólios capitalistas, ou das associações monopolistas que são os trustes e cartéis. Huberman (1985) nos esclarece que os trustes foram formados por meio da livre concorrência, no sentido de suprimir a concorrência e elevar o preço das mercadorias, exercendo assim uma forte influência sobre toda a economia. Quanto à formação dos trustes, o autor destaca que:

Eram gigantescos. Eram eficientes. Eram poderosos. Por serem tudo isso, podiam reduzir os custos pela economia de produção, venda e administração. Fizeram o possível para eliminar a concorrência. Tentaram obter o controle da produção das mercadorias para poder fixar a distribuição e o preço. Fizeram uma coisa ou outra, ou ambas – desde que houvesse maior lucro. (Huberman, 1985, p. 254).

Os cartéis compreendiam as associações industriais do mesmo ramo, responsáveis pela repartição dos mercados, estabelecimento de preços dos produtos e pela divisão dos lucros entre os associados. Com isso, os cartéis exerciam uma monopolização dos mercados cujo resultado é, inevitavelmente, a concentração de uma parcela considerável da produção em suas mãos.

O autor destaca que os cartéis, por meio da combinação – processo no qual diferentes ramos da produção se concentram numa mesma localidade –, limitavam a concorrência e controlavam os preços no sentido de evitar sua redução. Assim:

Com o crescimento do monopólio, a oferta e a procura não se ajustaram – foram ajustadas. Com o crescimento do monopólio, os preços não se estabeleceram através da concorrência no mercado livre – o comércio deixou de ser livre e os preços foram fixados. (Huberman, 1985, p. 256).

Huberman (1985, p. 256) assinala outro aspecto não menos importante sobre os monopólios capitalistas, qual seja: a formação do monopólio dos bancos. Segundo o autor, Marx já apontava a questão do sistema de crédito como uma força poderosa na luta da concorrência na produção capitalista, pois, de forma mascarada, “esse sistema saca o dinheiro disponível, espalhado em grandes ou pequenas massas pela superfície da sociedade, passando-o às mãos dos capitalistas individuais ou associados. É a máquina específica para a centralização dos capitais”.

Os bancos controlavam o sistema de crédito, pois tinham como principal função servir de intermediários nos pagamentos. Assim, eles conseguiam transformar capital-dinheiro inativo em capital ativo, gerar lucros. A indústria necessitava de crédito para investir e ampliar seus negócios, e os banqueiros controlavam este sistema. Surge desse modo, em todo grande país industrial, o truste do dinheiro. Para Huberman:

Quando os industriais, grandes ou pequenos, monopolistas ou não, desejavam dinheiro para ampliar seus negócios, tinham de ir, chapéu na mão, aos banqueiros. Quando um grupo desejava iniciar um negócio e resolvia vender ações para levantar o dinheiro, tinha de ir, chapéu na mão, aos banqueiros, cuja função era de colocar essas ações. Precisava-se de dinheiro em toda parte, e o dinheiro da nação se encontrava no cofre dos banqueiros – ou nalgum lugar onde só eles tinham acesso (Huberman, 1985, p. 256-7).

Diante dessas mudanças, o autor destaca que o capitalismo alcança novos patamares através da livre concorrência, tornando-se o capitalismo dos monopólios. Conforme assinala Huberman (1985, p. 258), o desenvolvimento das forças produtivas deu-se em grande escala, possibilitando um significativo aumento na produção de mercadorias. Entretanto, o rápido crescimento da capacidade de

produção de mercadorias não foi acompanhado pela capacidade de consumo, o que gerou um acúmulo de excedentes. Então,

Dentro das grandes indústrias, a capacidade de produzir superava a capacidade de consumir. Todas tinham um excedente de mercadorias manufaturadas, para as quais necessitavam encontrar mercados externos. Onde encontrá-los? Havia uma resposta – colônias (Hubermam, 1985, p. 259)

O capital, desse modo, encontrou nas colônias a solução para o problema da produção excedente. De acordo com o autor, as colônias, além de formar um mercado para os artigos excedentes, constituíam também numa fonte de produção de matérias-primas. Isso era o que o capital precisava para exercer seu domínio e controle no processo de produção. E assim o fez.

Podemos compreender desse modo que a substituição da concorrência pelo monopólio foi decisiva e fundamental para garantir o processo de expansão e acumulação capitalista, pois os monopólios geraram grandes lucros, ou melhor, superlucros, o que resultou numa superacumulação de capital.

Para uma melhor compreensão acerca desse processo de contínua acumulação do capital, apontaremos no item a seguir algumas características fundamentais do capitalismo monopolista que possibilitaram uma tendência ao crescimento do excedente de produção tão essencial para assegurar os objetivos do sistema capitalista.

2.1.2 A tendência ao aumento do excedente de produção

O capitalismo monopolista, segundo Braverman (1987), teve início nas duas últimas décadas do século XIX, precisamente no momento em que surgiram as primeiras formas de trustes e cartéis, ou seja, os elementos necessários para viabilizar os processos de concentração e centralização do capital, como já mencionado anteriormente. A partir daí foi constituída a estrutura da moderna indústria e das finanças capitalistas.

Com a estruturação dos mecanismos apontados acima foi que o capital dos monopólios tornou-se hegemônico em todo o mundo, pondo em movimento o mercado mundial. De acordo com Braverman:

[...] o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal (Braverman, 1987, p. 216).

O autor assinala que foi nessa fase do capitalismo que ocorreu o significativo desenvolvimento do processo de produção. Pois a gerência científica, bem como todo o movimento para a organização da produção em sua base moderna tiveram início nesse mesmo período. Com isso, podemos perceber que todos esses elementos fazem parte do novo estágio do capitalismo – a fase monopolista.

Braverman (1987), ao analisar o estudo elaborado por Baran e Sweezy (1966) sobre o capitalismo monopolista, assevera que o processo produtivo peculiar a essa nova fase de desenvolvimento do capital vai ser estudado a partir dos novos e diferentes processos de trabalho demandados pelo desenvolvimento das forças produtivas, principalmente pela mudança tecnológica.

Com esses processos surge uma nova distribuição ocupacional e, conseqüentemente, uma classe trabalhadora modificada. No que concerne a este aspecto, Braverman (1987, p. 217) destaca que, “considerados na escala do século que transcorreu desde Marx, ‘os métodos que diminuem o número de trabalhadores empregados em relação à produção aumentada liberam trabalhadores em quantidades consideráveis’ [...] que o emprego em indústrias não agrícolas destinado à produção de bens começou por volta de 1920 a cair de seus tradicionais 45 a 50 por cento de emprego urbano, e chegou a 33 por cento em 1970”. Assim, o referido autor destaca o movimento das massas de trabalho característico do capitalismo monopolista.

De acordo com Braverman (1987), essas massas de trabalho constituem não apenas os “ramos da produção recentemente formados” pelo capitalismo monopolista, mas também os ramos de não produção – indústrias inteiras e amplos setores industriais que são materializados no controle e na gerência da indústria –,

cuja função consiste na luta pela distribuição do excedente social entre os capitalistas.

É por meio deste processo, concebido pelo capitalismo monopolista, que o capital se lança inteiramente a todo campo possível de investimento, reorganizando a sociedade no sentido do consumo em larga escala. Com essa reorganização do processo de trabalho, cria-se uma vida social amplamente distinta daquela de setenta ou oitenta anos atrás, vida social esta que tem se tornado cada vez mais impossível diante das contradições intrínsecas ao sistema capitalista, que implicam mudanças destrutivas para a vida dos trabalhadores.

Vale ressaltar que nesta nova fase do capitalismo há uma intensificação da divisão do trabalho, na qual: de um lado, ocorre uma diminuição do trabalho no âmbito da produção direta, e de outro, um aumento significativo do trabalho indireto, voltado para o controle e a gerência da indústria, no sentido do exclusivo atendimento das necessidades do capital. A partir de então, podemos destacar um elemento essencial do capitalismo monopolista – o mercado universal.

Assim, é principalmente na era dos monopólios que o modo de produção capitalista abrange a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais, submetendo-os ao mercado e transformando toda a sociedade em um gigantesco mercado mundial, cuja tendência é acumular sempre mais capital.

Braverman (1987) assinala que Marx lançou as bases da teoria sobre a empresa monopolista ao analisar a tendência do capital em aglomerar-se em gigantescas unidades, precisamente por meio da concentração e centralização de capital. O autor destaca ainda que a centralização pode ser feita por meio da competição ou através do sistema de crédito, meios pelos quais muitos proprietários tornam disponível seu capital sob um único comando. E essas são as bases pelas quais a empresa monopolista se estrutura.

Para uma adequada compreensão acerca dessa tendência do capital de formar grandes empresas monopolistas, faz-se necessário apontar o estudo de Baran & Sweezy (1966) sobre o capitalismo monopolista, intentando demonstrar que os monopólios têm como objetivo apenas, e exclusivamente, a maximização dos lucros e a acumulação do capital.

Baran & Sweezy (1966, p. 60) argumentam que “o capitalismo monopolista é um sistema constituído de empresas gigantes”. Entretanto, a investigação sobre

esse período do capitalismo de modo algum deve ser descolada da análise das relações que se estabelecem entre as grandes empresas e parte considerável das pequenas empresas, “pois esta[s] participa[m], de muitas formas, nos cálculos e estratégias da grande empresa”.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que as pequenas empresas têm desempenhado, na economia, um papel distinto das grandes empresas. Pois, enquanto estas últimas exercem o papel central no qual a maximização dos lucros e a acumulação do capital alcançam enormes dimensões, as primeiras “se localiza[m] na extremidade receptora, reagindo às pressões das grandes empresas e em certa medida modelando-as e canalizando-as, mas sem o poder efetivo de contrabalançá-las e ainda menos de exercer uma iniciativa independente própria” (1966, p. 60).

Os referidos autores asseveram que, no capitalismo, as relações de mercado são fundamentalmente relações de preço, e é por esse motivo que tal como no capitalismo concorrencial, no capitalismo monopolista o estudo deve partir “do funcionamento do mecanismo dos preços”. Resumidamente, podemos apontar que a principal diferença entre essas duas fases do capitalismo é que “sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço” (1966, p. 61).

Assim, ao afirmarem que a grande empresa faz os preços, os autores querem dizer que, dentro de certos limites, ela é quem os escolhe e os determina. Isto somente é possível porque o monopolista possui um aspecto peculiar que, de acordo com os autores:

[...] é definido como o único vendedor de uma mercadoria para a qual não há sucedâneo. À medida que ele varia seu preço de mais alto para mais baixo, maior número de pessoas comprará o produto, mas não a expensas de um produto semelhante, de um vendedor rival. Como nenhum outro vendedor será afetado diretamente pela variação do preço monopolista, nenhum deles terá qualquer incentivo para reagir ou retaliar (Baran & Sweezy, 1966, p. 65).

Baran & Sweezy (1966, p.65) argumentam que no capitalismo concorrencial a situação era muito diferente, pois o capitalista não detinha o monopólio de uma única mercadoria. A sua empresa era uma das várias que produziam a mesma mercadoria. Caso uma variasse seu preço, logo as outras sentiriam os efeitos. Neste

sentido, em meio a tais circunstâncias, “é impossível a uma única empresa, mesmo que tenha a mais completa informação sobre a procura dos produtos da indústria como um todo e sobre seus próprios custos, dizer qual o preço que maximizará seus lucros”.

Já no capitalismo monopolista, os autores destacam que a competição de preços – tão presente na fase concorrencial – desaparece. A situação que aparece agora é a seguinte: vendedores de uma determinada mercadoria procuram definir os preços no sentido da maximização dos lucros de todos os componentes do grupo monopolista. E mesmo havendo divergências quanto à repartição dos lucros, todos serão unânimes em decidir a favor da elevação dos lucros.

Quanto a esse aspecto, os autores destacam que,

[...] se a maximização dos lucros do grupo constitui o conteúdo do processo de preços no regime do capitalismo monopolista, sua forma pode diferir amplamente, segundo condições históricas e legais específicas. Em alguns países, os vendedores podem formar, e são mesmo estimulados a isso, associações com a finalidade de coordenar suas políticas. As disposições resultantes podem variar desde rígidos cartéis que regulamentam tanto os preços como a produção (uma aproximação muito grande do exemplo do monopólio puro) até acordos informais de cumprir certos esquemas de preços (Baran & Sweezy (1966, p. 67).

Assim, podemos compreender que o acordo entre as grandes empresas não põe fim, ou seja, não elimina a luta dos grupos monopolistas para alcançar parcelas cada vez maiores do mercado mundial. Esse acordo “representa, simplesmente, o fim da guerra de preços como arma nessa luta, que continua, mas com outras armas” (1966, p. 71).

No que concerne ao papel desempenhado pelo Estado no capitalismo monopolista, os autores destacam que, tal como demonstrou Marx, o Poder Executivo do Estado continua sendo ‘um comitê para administrar os interesses comuns da totalidade da classe burguesa’ (Marx *apud* Baran & Sweezy, 1966, p. 72).

E os interesses comuns da totalidade da classe burguesa incluem a preocupação de que nenhuma indústria que tenha um papel importante na economia, e na qual estejam envolvidos grandes interesses de propriedades, seja demasiado lucrativa ou demasiado não-lucrativa. Grandes lucros extraordinários são obtidos não só a expensas dos consumidores, mas também de outros capitalistas (...).

Lucros anormalmente baixos num dos ramos principais da economia, como a agricultura, por sua vez, prejudicam os interesses de um grupo amplo e politicamente poderoso de proprietários, que podem, pela pressão e negociação com outros capitalistas, obter apoio necessário para conseguir ações que remedeiem a sua situação.

Dessa forma, os referidos autores demonstram claramente a função do Estado, especificamente no capitalismo monopolista, que se resume assim: o objetivo do Estado em meio a esse estágio do capitalismo consiste em “assegurar, na medida do possível, que os preços e margens de lucros nas indústrias que se desviam sejam colocados no âmbito predominante entre as empresas gigantes em geral” (1966, p. 72). Tudo isso para garantir o processo de expansão e acumulação capitalista, atuando como um complemento de controle fundamental, no sentido da valorização do capital.

Posto isso, Baran & Sweezy (1966) destacam também a questão do abandono da concorrência de preços pelos dirigentes das grandes empresas. De acordo com os autores, a existência deste abandono não significa o aniquilamento total da competição entre as empresas. Ao contrário, ela continua atuando na economia, embora por meio de novas formas e de modo mais intenso.

É principalmente a redução dos custos de produção que possibilita, enquanto resultado desse processo, a obtenção de lucros cada vez mais elevados. A diminuição dos custos de produção representa um fator determinante da competição, visto que possibilita tanto a redução do preço dos produtos – quando o objetivo é derrubar o rival – quanto a obtenção do capital necessário para investir em pesquisas bem como em estratégias que permitam a diminuição das despesas tanto no processo produtivo quanto no emprego de força de trabalho.

Além disso, a redução dos custos de produção e a maximização dos lucros recebem um significativo incentivo das indústrias de bens de produção. Pois essas indústrias tendem a oferecer às grandes empresas novos mecanismos e equipamentos que lhes permitam reduzir expressivamente os gastos com a produção e, assim, ao produzir mais barato, passam a obter maiores lucros.

Então, é por meio deste processo que, de acordo com os autores,

[...] os fabricantes de bens de produção obtêm mais lucros ajudando os outros a também obter mais lucros. O processo reforça-se a si

mesmo e tem caráter cumulativo, e explica em grande parte o progresso, extraordinariamente rápido, da tecnologia e da produtividade do trabalho que caracteriza a economia do capitalismo monopolista desenvolvido (Baran & Sweezy 1966, p. 78).

Para Baran & Sweezy (1966, p. 78), “o capitalismo monopolista é tão rígido em relação à disciplina dos custos como o capitalismo concorrencial”. Contudo, na forma monopolista não há somente um planejamento para conter as despesas, pois, a criação de novos produtos e a necessidade de constante inovação representam uma peça fundamental no processo de expansão e acumulação capitalista.

Assim, a tendência decrescente dos custos de produção constitui um aspecto peculiar ao capitalismo monopolista. O principal objetivo dessa tendência se resume da seguinte forma: “toda a motivação da redução do custo é aumentar os lucros, e a estrutura do mercado permite às empresas se apropriarem da parte de leão dos frutos da maior produtividade, diretamente, na forma de lucros mais elevados” (*Ibid.*).

Com isso, podemos concluir que, no capitalismo monopolista, a diminuição dos custos possibilita um crescimento contínuo das margens de lucros, tornando-se lucros globais. Conforme assinalam Baran & Sweezy (1966, p. 79), “se igualarmos provisoriamente os lucros globais com o excedente econômico da sociedade, poderemos formular, como uma lei geral do capitalismo monopolista, o fato de que o excedente tende a elevar-se tanto absolutamente como relativamente, à medida que o sistema se desenvolve”.

Além disso, Baran & Sweezy (1966) destacam que uma das objeções feitas à teoria do excedente crescente consiste na afirmação de que a redução dos custos e a determinação monopolista dos preços, juntamente ao fortalecimento da organização dos trabalhadores, representam fatores que possibilitam aos sindicatos conseguir para os seus integrantes uma parcela cada vez mais crescente dos lucros obtidos pelas empresas¹¹.

Segundo os autores, a pressão exercida pelos trabalhadores é um elemento fundamental na determinação do valor monetário dos salários. Todavia, “isto não significa (...) que a classe trabalhadora como um todo esteja em posição de gozar

¹¹ Para Baran & Sweezy (1966), esta posição constitui um discurso muito presente no movimento trabalhista.

dos excedentes, ou mesmo de conseguir parcelas crescentes do excedente” (1966, p. 84).

Nesse caso, a explicação mais plausível da elevação dos salários, que pode ser interpretada, aparentemente, como participação nos lucros da empresa, é a de que “no capitalismo monopolista os empregadores podem transferir, e transferem, os custos mais elevados do trabalho, na forma de preços mais altos. São, em outras palavras, capazes de proteger suas margens de lucros, frente aos salários mais altos (e benefícios marginais)” (1966, p. 84).

Cabe então destacar que em virtude do próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista, com o excedente crescente vem à tona, na mesma proporção de crescimento, o problema da absorção deste excedente produzido numa escala sempre maior. E é precisamente desta questão que iremos tratar na sequência deste estudo.

2.1.3 O problema da absorção do excedente de produção

Para compreendermos o problema da absorção do excedente de produção devemos apreender antes de tudo que o excedente está diretamente relacionado com a necessidade de investimentos em novos meios de produção. Segundo Baran & Sweezy (1966), quando o excedente é consumido pelos capitalistas, o montante de capital que poderia ser disponibilizado para os investimentos reduz-se de forma correspondente.

Então, o excedente como um todo declina “sempre que a produção cai abaixo da capacidade” (Baran & Sweezy, 1966, p. 89). Além disso, “a parte que busca investimento se reduz ainda mais depressa”. Contudo, “se a economia se eleva de uma posição de produção aquém da capacidade, tanto o excedente como o seu segmento que busca investimento aumentarão absoluta e relativamente”.

Para os referidos autores, são estes organismos internos os responsáveis pela produção de uma oferta progressiva do excedente que busca o investimento, pois, em consequência da própria estrutura do sistema, eles não conseguem responder ao nível de sua pretensão, já que não podem “criar um aumento

correspondente na magnitude das possibilidades de investimento” (Baran & Sweezy, 1966, p. 94).

Neste sentido, caso o capitalismo monopolista utilizasse somente esta forma de investimento, com certeza ele estaria num estado de permanente depressão. Conforme assinalam os autores,

Ocorreriam flutuações do tipo ligado à expansão e contração dos estoques, mas isso se faria dentro de um âmbito relativamente limitado, cujo limite superior estaria muito abaixo do potencial da economia. A tendência ascendente do excedente seria traduzida, na prática, no crescimento do desemprego (Baran & Sweezy, 1966, p. 94).

O investimento não se limita apenas aos mecanismos internos do sistema do capital. Pode também assumir a forma de investimento ‘exógeno’, caracterizado como todo investimento que não ocorre dentro da estrutura interna daqueles mecanismos, dentre os quais podemos citar: “a invenção de uma nova técnica de produção que permite levar-se ao mercado um determinado produto, mais barato. O investimento em instalações que permitam a execução dessa técnica pode (...) ocorrer mesmo que não se tenha observado ainda uma modificação na procura da mercadoria”. (1966, p. 95).

Baran & Sweezy (1966) destacam, dentre outros, três tipos de investimentos exógenos que serviriam para absorver uma parcela do excedente em expansão: o investimento destinado para atender às necessidades de crescimento populacional; o investimento voltado para a confecção de novos meios de produção – por meio da utilização crescente da tecnologia – e o investimento direcionado para empreendimentos no exterior.

Todavia, essas diversas formas de investimentos pouco contribuem para solucionar o problema da absorção do excedente. No que concerne ao crescimento populacional, os autores destacam que embora eles tenham determinadas vantagens e possibilidades de investimento, em sua grande maioria, não constituem um fator determinante para a resolução daquele problema.

Quanto ao progresso tecnológico, cabe destacar que no capitalismo monopolista o objetivo central é o aumento progressivo dos lucros, por isso os investimentos em novos métodos de produção e em novos produtos apenas, e

exclusivamente, serão realizados se possibilitarem um lucro muito maior do que o investido.

E no que tange ao investimento no exterior, Baran & Sweezy (1966, p. 112) asseveram que ele, além de não contribuir para solucionar o problema da absorção do excedente, agrava-o ainda mais, visto que “longe de ser um escoadouro para o excedente criado internamente, é um dos recursos mais eficientes para a transferência do excedente gerado no exterior para o país investidor”.

Assim, é possível perceber, segundo Baran & Sweezy (1966), que o capitalismo constitui “um sistema autocontraditório”, cuja tendência é produzir um excedente maior que a sua capacidade de consumo e de investimento. Neste sentido:

Como o excedente que não pode ser absorvido não será produzido, segue-se que o estado normal da economia capitalista é a estagnação. Com um dado estoque de capital e um dado custo e estrutura de preço, o ritmo de operação do sistema não se pode elevar acima do ponto em que o volume de excedente produzido pode encontrar o emprego necessário. E isto significa a subutilização crônica dos recursos humanos e materiais disponíveis (Baran & Sweezy, 1966, p. 113).

Se observado de forma aparente, poderíamos dizer que a solução mais viável para o problema do excedente seria a redução da produção. Entretanto, diminuir o ‘excesso’ serviria apenas, de acordo com os autores, para agravar ainda mais o problema. Sendo assim, para não reduzir a oferta e o preço dos produtos, o caminho encontrado pelos ideólogos do sistema do capital foi estimular a procura.

Então, as campanhas de vendas surgem como o elemento principal no desenvolvimento deste processo, no sentido de instigar sempre mais a procura dos consumidores pelos produtos ofertados, contribuindo, assim, para a expansão de novos mercados e, conseqüentemente, para a expansão do sistema do capital.

Contudo, é de suma relevância destacar que esta expansão se dá mediante a intensa exploração, realizada muitas vezes por meio das forças armadas. Para Baran & Sweezy (1966), a necessidade de manter a exploração através da utilização das forças armadas é comum a toda a nação que tenha por interesse manter ou melhorar a posição que assume dentro da hierarquia de exploração.

Porém, os autores apontam que as principais potências seguramente terão maiores exigências quanto ao investimento nas forças armadas, pois têm como interesse maior o usufruto da posição mais elevada. Foi precisamente por esse motivo que os Estados Unidos conseguiram atingir um significativo desenvolvimento – particularmente no período da Primeira à Segunda Guerra Mundial (1914-1945) – e tornaram-se “um líder indiscutível” no mundo capitalista, assim como ocorreu com a Inglaterra após 1815.

Os Estados Unidos conseguiram manter sua superioridade militar mediante a exploração dos antigos impérios coloniais, transformando-se em uma grande potência mundial. Mas, conforme os autores, houve também um aumento significativo das despesas militares nos Estados Unidos no pós-guerra, em virtude da ameaça que a experiência da Revolução Russa de 1917 representou para a estabilidade do sistema capitalista como um todo.

Na verdade, o principal objetivo deste aumento nas despesas militares dos Estados Unidos era “impedir a expansão do socialismo, comprimi-lo na menor área possível, e em última análise eliminá-lo da face da terra” (Baran & Sweezy, 1966, p. 188).

O campo das forças armadas, além de possibilitar uma atuação estratégica para reprimir qualquer manifestação que possa colocar em xeque a ordem capitalista, representa também um espaço muito proveitoso para a realização do objetivo central dos monopólios, que é a maximização dos lucros. Pois, como assinalam Baran & Sweezy (1966, p. 208-9), os gastos militares “desempenham o papel de um cliente ideal para a iniciativa privada, gastando bilhões de dólares anualmente, em condições as mais favoráveis para os vendedores”.

Nesse sentido, a principal razão para o uso das forças armadas é que ela estimula todas as forças reacionárias e irracionais da sociedade. Estímulo este que se dá a partir da criação “de um respeito cego pela autoridade, da implementação e difusão das atitudes de docilidade e conformismo” (1966, p. 209).

Diante do exposto até o momento, podemos concluir, segundo Baran & Sweezy (1966, p. 218), que o crescimento dos monopólios se dá por meio do desenvolvimento de uma “forte tendência ao crescimento do excedente” que não é acompanhada pela criação de mecanismos adequados à sua absorção.

Os resultados desta contradição na produção se refletem não “nas estatísticas de lucros e investimentos”, mas “nas estatísticas de desemprego e capacidade ociosa” (1966, p. 218). Portanto, as grandes empresas somente realizarão os investimentos em espaços produtivos cuja maximização dos lucros esteja garantida.

Assim, mesmo dispondo de capital necessário e encontrando força de trabalho disponível para movimentar a produção em uma determinada área, o capitalista apenas investirá na área que possibilitar uma elevada margem de lucro. Pois, para ele, o mais importante é a ampliação do seu capital e não a capacidade produtiva ociosa, muito menos a taxa de desemprego crescente.

Baran & Sweezy (1966, p. 244), no início da década de 1960, já apontavam “os sintomas familiares de absorção inadequada do excedente – desemprego e subutilização da capacidade produtiva, e que, excluídas as flutuações cíclicas, esses sintomas estão gradualmente crescendo e se tornando cada vez mais graves”.

Evidenciavam ainda que “uma economia na qual o desemprego cresce, mesmo durante a fase de expansão do ciclo econômico, certamente está em extrema dificuldade” (1966, p. 256). Então, por meio dessas considerações, os autores acabam dando subsídios para a compreensão das causas da crise estrutural do capital que emerge na década de 1970 e se estende até os dias atuais.

No sentido de uma apreensão adequada desta crise estrutural do capital, que surge nos anos 70 e que se agrava na atualidade, faremos, no item a seguir, algumas reflexões sobre o sistema do capital e suas crises, evidenciando seus antagonismos e contradições.

2.2 O sistema do capital: crises e contradições

Mészáros (2000), ao realizar um estudo sobre o sistema do capital, demonstrou, assim como Marx, que o capital é resultado de um processo historicamente construído, expressando-se de diferentes formas a cada momento histórico, e em cada estágio do seu desenvolvimento vai fortalecendo a sua forma de dominação e controle na produção e reprodução da sociedade de um modo geral.

Fundamentado em Marx, o autor pontua que o capital é anterior ao capitalismo, pois os elementos que constituem o sistema do capital, como o capital monetário, o capital mercantil e também a originária forma de produção de mercadorias já existiam nas sociedades pré-capitalistas, porém eram subordinados, de certo modo, ao controle dos produtores. Somente com o advento do capitalismo é que o capital passa a ampliar sua dominação sobre a sociedade de uma forma nunca antes vista na história da humanidade.

É precisamente nesse estágio de desenvolvimento do sistema do capital – em sua forma burguesa – que surgem contradições intrínsecas ao seu modo de ser e de operar, com sua busca incessante pela expansão e acumulação baseada na subordinação do trabalho ao capital.

O capital se expandiu pelo mundo subordinando a sociedade como um todo às suas necessidades, condicionando, assim, a vida humana às formas mais perversas de desumanização. De acordo com o autor:

O capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como *produção generalizada de mercadorias*. Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma ‘mercadoria comercializável’, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (Mészáros, 2000, p. 8).

Para assegurar seus objetivos de expansão e acumulação, o capital exerce o seu domínio por meio da exploração da força de trabalho, convertendo o trabalho humano em mercadoria. Em nada mais do que mera mercadoria.

E a condição de tornar-se mercadoria impõe ao trabalhador subordinar-se às determinações das necessidades do capital para garantir a sua subsistência, quer seja no setor da produção, quer seja no setor de serviços, podendo a qualquer momento fazer parte do exército industrial de reserva.

Nesse caso, ao serem expelidos do processo de produção, passam à condição de pauperização. E assim, como já assinalado na seção anterior, na qual apontamos a *Lei geral da acumulação capitalista*, a vida humana é utilizada apenas, e exclusivamente, para a valorização do capital, cujo interesse maior é a geração de

lucros. Expandir e acumular são os objetivos desse sistema. Quanto a isso Mézáros argumenta que:

O capital, como um sistema de controle do metabolismo social, pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos, abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos 'valores de uso' não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos – como pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis – o imperativo fetichizado do 'valor de troca' quantificável e sempre expansível. É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa. (Mészáros, 2000, p. 8)

Apropriando-se da força de trabalho como fonte de riqueza material, por meio da extração da mais-valia, o capital atinge o seu pleno amadurecimento, tornando-se o modo de produção dominante baseado na subordinação do trabalho ao capital. É uma forma particular de produção que supera os limites da autossuficiência – característica das sociedades pré-capitalistas –, impondo uma produção voltada para o lucro, para a valorização do valor de troca em detrimento do valor de uso.

Para Mézáros, o sistema capitalista

[...] teve de adotar o irresistível modo *econômico* de extração de sobretrabalho, como mais-valia estritamente quantificável – em contraste com a pré-capitalista e a pós-capitalista, de tipo soviético, formas basicamente *políticas* de controlar a expansão do sobretrabalho –, de longe, o modo mais dinâmico de realizar, a seu tempo, o imperativo da expansão do sistema vitorioso. Além do mais, graças à perversa circularidade do sistema orgânico totalmente completo do capital [...] o mundo do capital reivindica sua condição de eterna e indestrutível “gaiola de ferro”, da qual nenhuma escapatória pode ou deve ser contemplada (Mészáros, 2000, p. 8-9)

O capital, em sua forma burguesa de ser e de operar, atingiu um novo patamar de extração do sobretrabalho em relação às sociedades pré-capitalistas, baseado na intensificação do processo de trabalho, no sentido da expansão e acumulação do capital. Assim, o capital se torna mundial, impondo a tudo e a todos os seus imperativos, constituindo-se numa força incontável na história da humanidade.

De acordo com Mézáros,

[...] este sistema de controle do metabolismo social teve de poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas conseqüências; ou teve de adotar algumas restrições racionais, que diretamente contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável (Mészáros, 2000, p. 9)

O referido autor anota que na atualidade “se tornou mais óbvio que nunca que o alvo da transformação socialista não pode ser somente o *capitalismo*, se quiser um sucesso duradouro; deve ser o próprio sistema do capital”. Mészáros ressalta ainda que, em todas as suas formas, capitalistas ou pós-capitalistas¹², o sistema do capital “tem (e deve ter) sua expansão *orientada* e dirigida pela *acumulação*” (2000, p. 11).

Diante disso, o sistema do capital não permite a satisfação das necessidades humanas, pois o que importa é apenas a valorização do capital, já que o que determina a expansão é a acumulação. Vale salientar que, segundo o autor,

O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural permanece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é – e sempre deverá permanecer assim – *irreformável e incontrolável*. (Mészáros, 200, p. 11)

Podemos compreender, assim, que a essência do capital não se modifica, ou seja, o seu caráter antagônico não deixa de existir, já que ele permanece subordinando o trabalho aos imperativos do capital. Com isso, ele afirma a sua lógica destrutiva e perversa, que tem como objetivo garantir o seu processo de expansão e acumulação.

É precisamente por esse motivo que não há possibilidade de reformar, muito menos de controlar o capital, visto que a sua essência permanece sempre

¹² Para Mészáros (2002, p.561), “as sociedades dos países do leste europeu e do oriente, são denominadas de pós-capitalistas, pois, mesmo realizando uma ‘revolução’, continuaram sob o domínio do capital”.

inalterada. Assim, os trabalhadores são essencialmente prejudicados pela incansável e incontrolável busca do capital por maiores lucros, tendo muitas vezes de se submeter às condições que degradam a vida humana. Busca esta que faz emergir crises e contradições que põem em xeque o futuro do próprio sistema, bem como o da humanidade de modo geral.

2.2.1 As crises cíclicas do sistema do capital

Para Mészáros (2000), o sistema do capital se articula num campo de contradições que não consegue superar, podendo apenas administrar seus problemas em certos períodos. Quanto a isso, o autor destaca que:

O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacionalmente). O resultado é um irremediável sistema “*centrífugo*”, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes (Mészáros, 2000, p. 11).

Entretanto, o capital, para garantir a viabilidade do sistema, precisa fundamentalmente dessas três dimensões, pois é por meio da produção, circulação e consumo que ele pode continuar se expandindo e acumulando. Caso ocorra qualquer empecilho entre esses componentes, o capital entra em crise.

Cabe ressaltar, de acordo com o autor, que sempre existiu uma problemática relação entre produção e consumo. E sem o funcionamento adequado dessas dimensões não há circulação, e assim o capital entra em crise. Pois, como já mencionado anteriormente, para que o capital alcance os seus objetivos ele faz uso dos mecanismos mais perversos e destrutivos, principalmente a partir desta última reestruturação produtiva¹³.

¹³ Mészáros destaca que a reestruturação produtiva se constitui num determinante do capital destrutivo, pois, para que o capitalismo possa se desenvolver plenamente, “torna-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riquezas acumuladas e de recursos elaborados – como meio dominante de ordenamento do capital

Mészáros (2000) demonstra que para assegurar a viabilidade do processo produtivo, o capital necessita da harmonia entre a produção e o consumo. Mas quando isso não ocorre, ele se expande de forma destrutiva e desumana, subordinando cada vez mais o trabalho ao capital, intensificando a superpopulação e degradando a vida humana.

O capital, para alcançar seus objetivos de autoexpansão, procura e sempre procurará ampliar a produção articulada à circulação, ao consumo e à centralização de riquezas. Todavia, para que esses objetivos sejam viabilizados é preciso que haja a harmonia entre produção e consumo, o que nem sempre ocorre em todos os momentos de realização da produção, visto que a própria expansão do desenvolvimento capitalista põe limites para a produção do capital em proporções cada vez maiores. Assim, quando se tem qualquer obstáculo no processo de produção, o resultado imediato são as crises, denominadas de crises cíclicas ou periódicas.

Num contexto de crises cíclicas, as quais resultam da contradição entre produção e consumo, o capital começa a passar por um processo de estagnação, com a queda da taxa de lucros, com a redução de níveis de produtividade, sem, no entanto, colocar em risco a expansão do capital. Além disso, a crise provoca sérias consequências para os trabalhadores, principalmente no que tange ao desemprego, que aumenta significativamente nesses períodos.

Em meio a esse processo há um predomínio das contradições da acumulação do capital, em virtude da busca sempre crescente para aumentar a produtividade do trabalho, e como já mencionamos no primeiro capítulo, é esse processo que fornece as bases para as mudanças na composição orgânica do capital, na tendência sempre crescente da diminuição do capital variável, se comparado ao capital constante, provocando uma pressão na diminuição da taxa de lucro.

Como a queda da taxa de lucro está diretamente ligada à acumulação, tem-se concorrência entre os capitalistas. E como o principal objetivo do sistema do capital é a valorização do capital global, a queda da taxa de lucro “retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento

do processo de reprodução capitalista; ela promove superpopulação, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua” (1986, p. 183). Então, enquanto mecanismo imanente à lógica de reprodução do capital, a queda da taxa de lucro provoca uma série de contradições que põem as bases para a renovação do sistema do capital, no sentido de tentar romper suas barreiras.

De acordo com Marx (1986, p. 184), as barreiras que o próprio sistema do capital gera em seu processo de expansão “testemunham a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunham que ele não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio”.

Compreendemos, assim, que os obstáculos que o sistema do capital cria, fornecem, ao mesmo tempo, as bases para a superação do sistema do capital. Todavia, para garantir seu controle sobre a produção, o sistema do capital sempre tenta romper suas barreiras. É este processo contraditório do sistema do capital que impulsiona as crises no capitalismo, assegurando, mesmo por determinado período, uma maior produtividade para a reprodução do capital.

Assim, não é intenção do capital superar as crises cíclicas de modo permanente, pois elas não extinguem a lógica do sistema do capital, pelo contrário, reproduzem o próprio sistema por meio do desenvolvimento da realização do capital. Uma crise cíclica pode superar os limites relativos do capital, pode reduzir os efeitos das contradições imanentes à lógica do capital, mas não pode superá-los.

Uma crise cíclica, mesmo que não atinja o sistema do capital em sua totalidade, o mercado sofre algumas alterações, como, por exemplo: redução nas vendas das mercadorias; alterações nos preços e nos salários, dentre outras. Com isso, uma quantidade significativa de trabalhadores é dispensada do processo de produção, sendo submetidos às condições mais miseráveis, e a capacidade de consumir torna-se decrescente. Quanto a isso Marx argumenta:

A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite (1985, p. 24).

No contexto de crise periódica, o capital pode superar as suas barreiras imediatas e aumentar ainda mais o seu domínio e exploração sobre o trabalho. Cabe destacar neste momento a consequência de uma crise periódica descrita por Marx¹⁴: “O capital já desembolsado está então de fato desocupado em massa, porque o processo de reprodução está paralisado. Fábricas ficam paradas, matérias-primas se amontoam, produtos acabados abarrotam, como mercadorias, o mercado” (1985, p. 24). Nesse tipo de crise, o capital fica inativo pelos limites na produção, entretanto, é uma paralisação temporária, já que o capital se renova a cada momento de crise com uma redução relativa da superpopulação.

Segundo Mészáros (2000), quando o consumo permanece estável, o capital não acumula, por isso faz-se necessário recorrer à taxa de uso decrescente do capital, já que esta altera a relação entre produção e consumo, proporcionando o consumo em alta escala. Assim, o valor-de-uso é subordinado ao valor-de-troca e o processo de consumo torna-se cada vez mais acelerado e destrutivo. Esse aspecto será mais bem detalhado no próximo capítulo.

Nos dias atuais, o capital, para contornar sua crise estrutural, busca formas que refletem diretamente na vida econômica, social, psicológica e cultural dos seres humanos. Além disso, é importante compreender que o desperdício consiste em uma das estratégias do capital para garantir seus objetivos de expansão e acumulação, e a forma como a tecnologia é usada pelo capital contribui fundamentalmente para isso.

As consequências desse processo de expansão e acumulação do capital são extremamente severas para os trabalhadores e para as massas populacionais, pois acarretam a intensificação da superpopulação, aumentando o contingente de desempregados ao passo que o capital se desenvolve. Neste sentido, tem-se a redução dos postos de trabalho – tanto no âmbito da produção quanto no dos serviços –, em virtude da utilização de novos mecanismos, como é o caso da tecnologia que se encontra a serviço do capital.

O uso da tecnologia, assim como de maquinarias sempre mais modernas, faz com que o capital expulse a maior quantidade possível de trabalhadores do

¹⁴ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. III. Tomo: 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

processo produtivo, reduzindo desse modo o número de trabalhadores e ocasionando o desemprego estrutural em massa. Portanto, no sistema do capital não há limites para a exploração, pois ele se baseia na subordinação intensa do trabalho.

Mészáros (2000) considera como ponto problemático do sistema do capital a sua completa incapacidade de tratar as causas como *causas*, remediando as contradições decorrentes de suas crises com ajustes limitados no âmbito dos efeitos e consequências. Isto se dá pelo fato de esse sistema ser a sua própria causa, ou seja, ele é estruturalmente incapaz de resolver suas contradições porque é em si mesmo contraditório.

Para Mészáros (2000), é precisamente em virtude deste fato que o capital, como “causa sui”, não pode reconhecer, muito menos permitir qualquer alteração no seu próprio modo de operação que, por sua vez, se constitui incorrigivelmente orientado para a expansão e dirigido pela acumulação.

Em decorrência desse processo de acumulação e expansão capitalista, o capital, precisamente no século XX, viu-se forçado a responder às crises sempre mais extensas – que trouxeram como consequência duas grandes guerras mundiais –, por meio da “hibridização” do sistema com sua forma econômica clássica, caracterizada pela sempre crescente intromissão do Estado no processo sócioeconômico, não levando em consideração os perigos que a adoção dessas medidas traz para a viabilidade futura do próprio sistema.

Essa experiência vivida no século XX, especialmente desde a década de 70 até os dias atuais, não representou apenas uma crise que afetou o sistema do capital em um dos seus elementos constituintes, mas abalou todos os seus aspectos fundamentais ao colocar em reflexão esse sistema como o sistema de reprodução social essencialmente antagônico. Pois o capital – nos momentos em que se encontra em situações de crise – não consegue encontrar soluções que possam superar seus limites absolutos, estruturais, contornando os obstáculos e resistências encontrados por meio de ajustes limitados que efetivamente não interrompam seu processo de expansão e acumulação.

De acordo com Mészáros (2002, p. 681), a crise estrutural do capital tem caráter universal, pois “afeta a *totalidade* de um complexo social, em todas suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também com outros

complexos aos quais é articulado”. Está, portanto, relacionada aos limites absolutos que operam sobre a estrutura global do sistema do capital.

A crise estrutural do capital deriva das três dimensões internas fundamentais do capital, quais sejam: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Ela acontece precisamente no momento em que essas dimensões apresentam perturbações sempre maiores, ocasionando sérios problemas e empecilhos para a continuidade do processo de expansão e acumulação de capital.

Ela abrange todos os países, numa “*escala de tempo* extensa, contínua”; e se desdobra de forma *rastejante* – isso não quer dizer que mesmo quando “a complexa maquinaria comprometida com a administração da crise e com o deslocamento temporário das crescentes contradições” venha a perder sua força, não aconteçam “convulsões violentas” (Mészáros, 2002, p. 795). No item a seguir trataremos mais detalhadamente desta crise estrutural que vivenciamos nos dias atuais.

Por conseguinte, Mészáros (2002) demonstra que a crise é intrínseca ao sistema do capital, pois crises intensas e duradouras representam o modo natural de existência do capital; são nada mais que maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, dessa forma, expandir com dinamismo cruel a sua esfera, quer seja de operação, quer seja de dominação. Entende-se, assim, que a crise, além de ser intrínseca ao capital, não faz parte dos planos deste a sua superação.

Quanto a isso, o autor nos esclarece que:

[...] a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas freqüentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem a realização de) exatamente isso (Mészáros, 2002, p. 795)

Dessa forma, o capital procura, e sempre procurará, estratégias para contornar suas crises no sentido de retirar todas as barreiras que impeçam sua reprodução contínua. Podemos compreender, pois, que enquanto este sistema existir, o capital sempre realizará a intensa exploração das condições de trabalho, visto que é condição fundamental para continuar sua expansão e acumulação.

Porém, com o processo de expansão e acumulação do capital, a vida humana tende a se degradar cada vez mais e as contradições geradas pelo capital se intensificam de forma acelerada. Com isso, os trabalhadores são explorados,

submetidos às condições mais desumanas, porque o que importa é apenas a valorização do capital, gerando crises destrutivas para humanidade. Crises que não deixarão de existir enquanto perdurar o sistema do capital, pois elas fazem parte da natureza do próprio sistema.

2.3 O aspecto antagônico da crise estrutural do capital

Mészáros (2000) assinala que, na atualidade, a crise estrutural do capital se constitui como um fenômeno inédito na história da humanidade, pois em todas as formas de produção e reprodução do capital jamais houve uma mudança tão trágica e profunda que desencadeou graves problemas para humanidade.

De acordo com o autor, tal mudança é de suma relevância porque “sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica¹⁵ do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural profunda, do próprio *sistema do capital*” (2000, p. 7).

A crise estrutural do capital, como já mencionado anteriormente, apresenta um ‘caráter universal’, pois se estende a todas as esferas da atividade humana, constituindo-se assim numa crise que afeta não apenas o âmbito socioeconômico, mas a totalidade do sistema, “como uma verdadeira crise de dominação em geral”.

Segundo o autor, para continuar seu processo de expansão e acumulação, o sistema do capital, em meio à crise estrutural, necessitou da reestruturação produtiva para garantir a viabilidade de sua dinâmica expansiva, tornando-se, assim um sistema altamente destrutivo. A reestruturação foi necessária para assegurar o máximo possível a harmonia entre a produção e o consumo, garantindo os objetivos do capital.

¹⁵ Para Mészáros, crises cíclicas são [...] “contradições parciais e ‘disfunções’, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos *limites últimos* ou *estruturais* do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão” (p. 797). São caracterizadas como crises conjunturais periódicas do capitalismo. MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, maio de 2002.

Diante disto, é possível apreender que, nos dias atuais, há um acirramento cada vez mais crescente das contradições do sistema do capital em decorrência de sua crise estrutural. Podemos destacar as contradições socioeconômicas internas do capitalismo avançado, a incorporação das sociedades pós-capitalistas, as rivalidades, tensões e contradições cada vez maiores entre os países capitalistas, as dificuldades crescentes para manutenção do sistema neocolonial de dominação, dentre outras.

Assim, o capital torna-se uma força crescentemente destrutiva e, neste sentido, o trabalho caracteriza-se de modo sempre mais alienado, desumano, pois, há uma intensificação da exploração do trabalho por parte do capital, já que dentro da lógica deste sistema não há como eliminar a relação antagônica na qual se baseia a valorização do capital: a relação irreconciliável entre capital e trabalho.

Segundo Mészáros (2000), para que o capital continue com o seu objetivo – expandir e acumular – deve sempre manter o domínio e o controle sobre o processo de reprodução social, mesmo que isto seja efetivado, e essencialmente o é, de forma destrutiva e desumana, especialmente quando os seres humanos não interessam mais para seu objetivo.

Mészáros (2002) destaca que a crise estrutural é considerada como um fenômeno inédito na história da humanidade porque se manifesta em quatro aspectos, quais sejam:

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Mészáros, 2002, p. 796)

Para o referido autor são esses aspectos que caracterizam a crise estrutural que se estende desde a década de 70 até os dias atuais. Crise esta que afeta a totalidade do sistema, pois agrava ainda mais os problemas decorrentes de suas contradições, “inserindo na agenda histórica a necessidade de um controle global viável da produção material e dos intercâmbios culturais da humanidade como questão de maior urgência” (Mészáros, 2007, p. 88).

Compreendemos, pois, que desde 1970 o capitalismo vem enfrentando grandes dificuldades no que diz respeito à manutenção do seu processo expansivo, visto que surgem entraves cada vez maiores para garantir as altas taxas de lucro do capital global. Cabe destacar ainda que o processo de expansão capitalista que ocorreu, principalmente a partir do século XX, possibilitou uma incorporação de uma parte significativa da classe trabalhadora, por meio de sua participação no consumo de massa, que por sua vez, representou ganhos materiais que caracterizaram o *Welfare State*.

Os ganhos obtidos pela classe trabalhadora no período do *Welfare State*, na realidade se converteram em vantagens para o capital, em meio às altas taxas de crescimento, acarretando a determinação de um projeto democrático de expansão dos direitos sociais enquanto uma das estratégias de esquerda, difundindo a ilusão da expansão democrática, sem, todavia, levar em consideração os limites absolutos postos pelo sistema do capital.

A partir desta crise, tem-se o agravamento dos antagonismos e contradições antes não resolvidos, principalmente com as medidas remediadoras tomadas pela política keynesiana, resultando na imposição, com toda força de restrição e severidade, do neoliberalismo sobre a sociedade, pondo assim em evidência a crise atual do sistema do capital.

Assim, podemos compreender que o capital, em virtude das condições de sua reprodução expansiva e desenfreada, principalmente com o fim de sua ascensão histórica, teve de colocar em primeiro plano suas tendências destrutivas para assegurar o seu processo de reprodução ampliada. O crescimento generalizado do sistema do capital traz consigo uma crise de natureza estrutural que destrói, fundamentalmente, as condições de sobrevivência humana.

Mészáros (2007), baseado nos estudos de Marx, argumenta que:

[...] dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua a se impor –, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar como o “aumento do círculo de consumo”, para benefício do “indivíduo social pleno” de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição (Mészáros, 2007, p. 89)

Além disso, o autor esclarece que a crise estrutural não está relacionada aos limites relativos, imediatos, mas sim aos limites absolutos da estrutura global (que colocam em funcionamento toda a estrutura causal do capital). Mészáros (2002) expõe que os limites relativos do capital podem ser superados com o aumento da eficiência produtiva – minimizando as consequências causadas pela própria estrutura do capital. Esses limites estão relacionados às crises *cíclicas, periódicas*, que o capitalismo enfrentou do decorrer da história. Mészáros (2002) faz referência à crise de 1929-33 como um exemplo de crise periódica, pois,

Por mais severa e prolongada que tenha sido, ela afetou um número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião. Mas, antes que essas potencialidades pudessem ser desenvolvidas completamente, alguns importantes anacronismos políticos precisaram ser eliminados, o que se percebeu durante a crise com brutal clareza e implicações de longo alcance (Mészáros, 2002, p. 803).

Então, por mais atrocidades que esta crise de 1929-33 tenha causado para a humanidade e o tamanho de sua grandeza, ela não pode ser considerada uma crise estrutural, porque deixava um campo de opções para a recuperação e reconstituição do sistema do capital. De acordo com o autor, esta crise estimulou fundamentalmente as forças constituintes do sistema para seu realinhamento, desenvolvendo, assim, as potencialidades do capital no sentido de sua autoexpansão.

No que concerne aos limites absolutos, também denominados de *limites últimos*, Mészáros (2002) aponta que são limites estruturais para o sistema do capital, pois estão diretamente relacionados às determinações mais profundas deste sistema, e consistem numa expressão a mais da sua impossibilidade de tratar as

causas, como causas visto que sua base fundamental (ser trabalho objetivado e alienado) não pode ser questionada. Segundo o autor,

[...] “a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico” (Mészáros, 2002, p. 250).

De acordo com o referido autor, o capital, com seu impulso para superar seus limites, não pode reconhecer que chegou ao patamar de seus limites absolutos. O que pode acontecer é a intensificação das contradições que emanam de sua própria natureza, em virtude das tentativas do capital para superar a crise em seus limites estruturais. Desse modo, o processo interno do sistema do capital possui limites absolutos que não podem ser superados se não houver a transformação radical deste modo de controle que caracteriza o sistema do capital.

A crise estrutural que se estende desde a década de 70 está relacionada não apenas às condições absolutas, mas a algo muito mais limitado, isto é, a tripla fratura da dimensão interna da autoexpansão do capital - produção, consumo e circulação / distribuição / realização, que apresenta turbulências cada vez maiores –, que passa a interromper o processo de crescimento do capital, constituindo-se num obstáculo insuperável para o deslocamento das contradições do sistema.

Essas fraturas acima referidas são estruturais e se manifestam no interior do sistema do capital. O intercâmbio que era realizado anteriormente entre produção, consumo e circulação, no sentido da expansão do capital, não pode mais ocorrer, pois prenuncia “uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema”. Diante disso,

[...] as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo. (Mészáros, 2002, p. 799-800).

A crise estrutural afeta não só o âmbito socioeconômico, mas atinge de forma devastadora também as instituições políticas, com necessidade de garantias políticas muito mais poderosas que as proporcionadas pelo Estado. Tomemos como exemplo, nos dias atuais, a utilização de medidas políticas autoritárias para garantir a necessária taxa de exploração do trabalho excedente, subordinando cada vez mais o trabalho ao capital. Além disso, tem-se a imposição de medidas políticas e militares repressivas nos momentos de emergência.

Desse modo, Mézáros assinala que “o desaparecimento ignominioso do Estado de bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas” (2002, p. 800). Pois a crise se estende a todas as esferas de relações humanas, e no que tange ao aspecto político, o “emprego regressivo de um controle político direto”, enquanto papel desempenhado pelo Estado, não pode mais sustentar “a estabilidade consensual enganosa do sistema” (2002, p. 941).

O sistema do capital está em crise porque sua razão de ser – a extração máxima de trabalho excedente –, e sua justificação histórica deixaram de existir e não podem mais ser reinventadas, mesmo diante da máxima manipulação e repressão. Tomemos como exemplo a questão de existirem milhões de famintos e excluídos, enquanto há um enorme desperdício que poderia sustentá-los; a geração e ruína de jovens economicamente independentes, dentre outras.

Todos esses aspectos caracterizam, portanto, a desumanidade deste modo de dominação. Podemos observar ainda a sua ação devastadora em outros âmbitos sociais, como: desemprego em massa, destruição da família, ou seja, uma desigualdade cada vez mais intensa e um processo de desumanização sempre mais voraz. Assim, “seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital” (2002, p. 802)

Então, no contexto da crise estrutural que se apresenta, não há possibilidades de superar os limites e restrições compatíveis com o sistema do capital, visto que se questiona a sua própria lógica reprodutiva. Pois, com a ativação dos seus limites absolutos, o sistema do capital não pode contar com os recursos (que possibilitaram a superação das crises periódicas em momentos anteriores) necessários para

promover a manutenção do próprio sistema, pondo assim em questão a própria sobrevivência da humanidade.

CAPÍTULO 3. AS EXPRESSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA EM FACE DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Conforme apontamos no capítulo anterior, o sistema do capital é essencialmente antagônico, pois, na medida em que promove o seu processo de expansão e acumulação, gera crises e contrações que ameaçam a humanidade, pondo em risco não apenas a sua própria sobrevivência, mas também a existência do capital. Dando sequência a essa análise, nosso propósito é esclarecer as expressões da crise atual no processo de dominação do capital sobre o trabalho. Buscamos destacar as características que emanam do seu modo de produção destrutivo, baseado na intensa exploração do trabalho. Pois o sistema do capital, com seu impulso desenfreado para expandir e acumular, provoca a degradação das condições de existência dos trabalhadores, principalmente diante de seus limites absolutos que, por sua vez, consistem num desafio à própria sobrevivência da humanidade.

3.1 A taxa de uso decrescente e a produção destrutiva do capital

Mészáros (1989) assevera que na fase atual de desenvolvimento do capitalismo a produção e o consumo das mercadorias de modo algum estão voltados para a satisfação das necessidades humanas, mas sim, e exclusivamente, para a valorização do capital. Dessa forma, o valor de uso é subordinado ao valor de troca, na medida em que o capital impõe novas necessidades de consumo para a humanidade, tendo em vista assegurar o seu processo de constante acumulação.

Entretanto, este consumo passa a ser realizado de forma parcial, no sentido de garantir a compra de uma nova mercadoria em um curto período de tempo. Quanto ao uso decrescente do capital, o autor nos esclarece que:

É, pois, extremamente problemático o fato de que, ultrapassando certo ponto da história do “capitalismo avançado”, este processo – que é intrínseco ao avanço produtivo em geral – esteja completamente *revertido* e da forma mais intrigante. Ou seja, que a “*sociedade descartável*” encontre o equilíbrio, entre produção e consumo necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela

puder artificialmente “consumir” em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis* (Mészáros, 1989, p. 16).

Para Mészáros (1989, p. 16), é “no processo de uso decrescente do capital que os bens não-duráveis passam a ser rapidamente consumidos em maior quantidade do que os produtos duráveis”, para tentar garantir o necessário equilíbrio entre produção e consumo. Sabendo que o capital condiciona a sociedade a partir de suas necessidades, os denominados “*bens de consumo duráveis*” são descartados “muito antes de esgotada sua vida útil”. De acordo com o autor,

[...] o “capitalismo avançado” também inventa um tipo de produção – centrado em torno do complexo militar/industrial – em relação ao qual a tradicional provocação do consumo (utilidade) só pode ser, se tanto, marginalmente aplicada, de modo que a produção resultante pode juntar-se às montanhas de mercadorias ‘consumidas’ no momento em que atravessam portões das fábricas, ao mesmo tempo em que consome destrutivamente imensos recursos materiais e humanos no curso de sua produção.” (Mészáros, 1989, p. 16-17).

Assim, é mais lucrativo para o capital que o consumo seja realizado na mesma proporção da produção, e para que isso ocorra o capital precisa ser destrutivo. Pois, para alcançar seus objetivos de contínua expansão e acumulação, ele necessita ultrapassar os obstáculos que encontra em seu caminho, deixando de lado todas as considerações às necessidades humanas.

É importante compreender que a taxa de uso decrescente do capital expressa uma contradição. De acordo com o autor:

De um lado, por um longo período histórico, ela caminha lado a lado com a variação positiva da proporção entre bens consumidos e re-usáveis; enquanto é assim mantém-se *sem problemas* com relação à sua futura extensão, mas também muito limitada em sua extensibilidade, confinando a maioria de seus benefícios a uma parte extremamente limitada do conjunto social (e, assim, provando ser *problemática* por causa de seu caráter necessariamente *limitado*). Em contraste, por outro lado, a tendência da taxa de uso decrescente atinge seu pleno escopo apenas com o desdobramento das potencialidades produtivas do capital, que acenam com supressão das contradições associadas ao caráter até então limitado da tendência. Entretanto, a dinâmica dos desenvolvimentos capitalistas

não pode simplesmente remover as limitações primitivas da trajetória da taxa de uso decrescente (Mészáros, 1989, p. 20).

A taxa de uso decrescente do capital, mesmo sendo limitada ao longo da história, em virtude das barreiras para sua extensão, possibilitou uma mudança na forma de consumo, caracterizada pela ampliação do uso decrescente do capital, eliminando assim as contradições das limitações de sua expansão. Para Mészáros (1989), as consequências desse novo processo do capital ao ampliar o uso decrescente do capital representam nada mais do que:

[...] resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de rápido consumo e da dissipação destrutiva de recursos, o “capitalismo avançado” tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história. (Mészáros, 1989, p. 20).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, realizado de forma destrutiva, o capital impõe para a humanidade um novo modo de existência ao qual tudo e todos devem se subordinar. Além disso, coloca para a sociedade necessidades que são criadas a partir dos interesses do capital. Neste sentido, o autor ressalta que:

O capital não separa o *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e o *valor-de-troca* meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último. Devidamente situado no tempo e no espaço, isso representa uma inovação radical, que abre horizontes anteriormente inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na constatação prática de que qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada, no outro extremo das possíveis taxas de uso, sem perder com isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista (Mészáros, 1989, p. 23).

A partir da subordinação do valor-de-uso ao valor-de-troca, o capital pôde intensificar seu processo de expansão, aumentando o consumo desmedido. Assim, as necessidades verdadeiramente humanas são deixadas de lado, dando lugar à necessidade de expansão e acumulação do capital que, por sua vez, se torna altamente destrutiva.

Mészáros (1989, p. 23), com base nos estudos de Marx, assevera que “o valor-de-troca de uma mercadoria não aumenta se o seu valor-de-uso for completamente consumido e com maior proveito” Então, quando a produção é consumida de modo satisfatório não há geração de lucro para o capital; por isso seu interesse é, exclusivamente, o consumo rápido por parte dos indivíduos, no sentido de continuar produzindo e acumulando sem empecilhos. Dessa forma,

[...] quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada ou re-usada (ao invés de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, melhor é do ponto de vista do capital: com isso tal *sub-utilização* produz a vendabilidade de outra peça de mercadoria (Mészáros, 1989, p. 24).

A vantagem desse processo para o capital está na intensidade com que uma mercadoria é utilizada, porque isso gera uma demanda para utilização de uma nova mercadoria. Mészáros (1989, p. 24-25) pontua que: “esta tendência para reduzir a verdadeira taxa de uso tem sido precisamente um dos principais meios através dos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável ao longo do desenvolvimento histórico”.

Mészáros (1989, p. 27) assegura que, mesmo sendo flexível, o capitalismo não poderá se desenvolver se tiver uma base estacionária. Pois “ele precisa provar seu ‘estado saudável’ ficando bem longe do ‘estável’ e do ‘estacionário’, reproduzindo todos os seus componentes conflitantes numa escala sempre ampliada”. Além disso, o capital sempre procura meios para assegurar o seu contínuo desenvolvimento, cujo ponto de partida consiste na extração da mais-valia.

O referido autor afirma que:

O desenvolvimento dos meios de produção não está mais diretamente ligado [...] ao desenvolvimento das *necessidades* humanas. Tampouco pode reagir e se beneficiar diretamente das potencialidades emergentes do avanço do conhecimento ligado à própria produção. Ou melhor, desde que os meios de produção tenham sido *convertidos em capital* [...], eles têm de se *opor* as necessidades humanas existentes, se a lógica do capital o exige, sobrepondo as “*necessidades da produção*”, que correspondem ao interesse de salvaguardar a expansão do capital (Mészáros, 1989, p. 29-30).

A forçada separação dos trabalhadores dos seus meios de produção provocou um aumento da produtividade, gerando lucro crescente para o capital. É precisamente neste processo que as necessidades humanas são desprezadas, subordinadas aos ditames do capital, cujo interesse maior é a produção que gera lucro. Para Mészáros :

O fato de que os meios de produção sejam convertidos em capital, e tenham que ser valorizados como tal, numa escala cada vez maior, acarreta o desenvolvimento da *tecnologia* como uma prática produtiva paradoxalmente auto-orientada. Ela é paradoxal no sentido de que é, ao mesmo tempo, *autônoma* (pois é liberada pelo capital dos constrangimentos imediatos das necessidades humanas, e, deste modo habilitada e prossegue, até certo ponto, sua própria linha de desenvolvimento), e *servilmente subordinada* aos ditames de orientação lucrativa da lógica imanente do capital (Mészáros, 1989, p. 35).

Um dos fatores para a crescente geração de lucros é a contínua utilização da tecnologia, pois ela está condicionada aos interesses do capital, dirigida pela lógica do mercado. O uso da tecnologia possibilita a valorização do capital de forma sempre mais acentuada. Todavia, o seu constante uso por parte do capital provoca sérias consequências para o trabalho.

O capital, ao desenvolver os mecanismos que promovem a superprodução de mercadorias, ocasiona um grande impacto sobre o trabalho humano, na medida em que enormes massas de trabalhadores são expulsas do processo produtivo, dando assim lugar à tecnologia sempre mais avançada.

No que concerne ao trabalho vivo, o referido autor ressalta que:

[...] os imperativos materiais do capital à procura de lucratividade no campo da tecnologia produtiva têm que ser impostos de qualquer maneira; se não dourando a pílula, então por meios mais drásticos. As periódicas explosões “luddistas” dos trabalhadores a tais imposições são manifestações extremas desta contradição. Mas, ainda que esta assuma forma bem menos agressiva, ela continua sendo uma contradição *antagônica*, não importa quanto esforço é despendido para não dissuadir (ou tentar dissuadir) sua existência. Pois ela é necessariamente reproduzida a cada ciclo de conversão ampliada da maquinaria e tecnologia produtivas em capital e *vice-versa*, em direta subordinação ao imperativo material da lucratividade (Mészáros, 1989, p. 36).

Portanto, o uso da tecnologia por parte do capital serve apenas, e exclusivamente, para ampliar continuamente o processo de geração de lucro, que consiste no objetivo maior deste sistema. Com isso, o trabalho vivo é sempre subordinado aos imperativos do capital, gerando contradições tanto para os trabalhadores como para o próprio sistema. Contradições estas que o capital tenta contornar, sem reconhecer, no entanto, o seu caráter antagônico, agravando assim os problemas decorrentes de seu impulso destrutivo para expandir e acumular sempre mais capital.

Segundo Mészáros (1989, p. 36), tais contradições nas relações de trabalho provocam “o clamor e as exigências dos trabalhadores, em seus confrontos constantemente renovados com o capital, [que] só podem ser satisfeitas até o ponto em que possam ser acomodadas dentro de tal estrutura de orientação”. Além disso, o autor destaca que:

O próprio fato de que até mesmo os melhores e mais honestos pensadores, que conceituam os desenvolvimentos em andamento do ponto de vista do capital, não consigam reconhecer o caráter antagônico de tais confrontos, realça agudamente a natureza problemática de todos os esforços práticos que têm que ser devisados, não obstante, para enfrentá-los (Mészáros, 1989, p. 36).

No que concerne ao processo produtivo, Mészáros (1989) argumenta que para realizá-lo, o capital precisa da crescente redução do trabalho a fim de garantir a ampliação e a expansão do lucro. Assim,

A taxa de uso decrescente é a necessária concomitância de todas essas determinações. Tanto a própria contribuição do trabalho no sentido da redução produtiva do tempo de trabalho necessário, quanto o imperativo objetivo do capital em converter ganhos do trabalho ao seu favor trazem consigo a taxa de uso decrescente em diversos planos: desde o modo de funcionamento do próprio trabalho vivo (assumindo com o passar do tempo a forma de desemprego crescente), até a produção excedente/subutilização de mercadorias e uso cada vez mais dissipador da maquinaria produtiva. A única saída concebível de tais contradições, do ponto de vista do trabalho – a saber, a adoção generalizada e a utilização criativa do *tempo disponível* como o princípio orientadora da reprodução societária – é, naturalmente, uma anátema para o capital, uma vez que não pode ser adaptado à sua estrutura de autoreprodução expansiva e de valorização (Mészáros, 1989, p. 38).

A taxa de uso decrescente do capital não apenas modifica as relações no interior do trabalho, com a redução do trabalho necessário – que representa aumento de lucro para o capital –, mas também a forma de realização da produção de excedentes e a utilização cada vez mais desperdiçada das mercadorias, produzindo, assim, de modo altamente de modo destrutivo, com a finalidade de compatibilizar o consumo e a produção.

Tais contradições acarretam graves consequências para o trabalho, principalmente no que tange ao aumento do desemprego, que é intensificado por meio da geração e desenvolvimento da riqueza socialmente produzida em poucas mãos, causando o agravamento das condições de existência da maioria. O referido autor acrescenta que:

A taxa de uso decrescente afeta negativamente três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalista, a saber: (1) bens e serviços, (2) instalações e maquinaria, (3) a própria força de trabalho. Com relação à primeira, a tendência se faz sentir através da crescente velocidade da circulação, que se torna necessária para com o desdobramento do 'capitalismo de consumo', visando compensar – tanto quanto possível nessas circunstâncias – algumas das mais danosas tendências negativas do desenvolvimento econômico (Mészáros, 1989, p. 42).

Compreendemos, pois, que o aspecto contraditório do capital implica sérios problemas para a sua própria estrutura, tendo em vista o seu elevado nível de produção. A alternativa encontrada pelo capital consiste na busca de novas formas para reduzir o tempo de utilização de uma mercadoria. Com isso, ele realiza a retirada ou substituição de mercadorias que possuem um tempo de uso maior, por outras que tenham a taxa de uso em tempo menor.

De acordo com Mészáros,

[...] o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos matérias [...]; a 'extinção' deliberada das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados [...] tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações básicas para dissipativamente fazer decrescer as taxas de uso reais (Mészáros, 1989, p. 43-44).

Para Mézáros (1989, p. 44), não é tarefa fácil para os capitalistas assegurar “a motivação para dissipativamente descartar bens perfeitamente usáveis, dadas as restrições econômicas dos consumidores individuais, mesmo nos países mais ricos, e as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos”. Além disso, “garantias muito mais seguras precisam ser encontradas em escala suficientemente ampla, [...] de modo que o implacável impulso à frente do capital, combinado com sua tendência em reduzir a taxa de uso, possa prosseguir desimpedido”. Porém,

[...] essa garantia é proporcionada ao capital pelo surgimento e pela consolidação estatal do complexo militar-industrial, que *temporariamente* afasta várias das contradições mais importantes. Ele apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedente aparentemente limitado, sem se somar absolutamente aos problemas da realização e das pressões competitivas, como seria no caso da expansão do capital orientada para o consumo real (Mézáros, 1989, p. 44-45).

Diante disto, o sistema do capital procura, e sempre procurará, criar estratégias para contornar as crises que lhe são intrínsecas, fazendo uso, caso as circunstâncias assim determinem, de mecanismos destrutivos e violentos, como, por exemplo, o complexo militar-industrial, para assegurar o seu processo de expansão e acumulação.

Não podemos deixar de ressaltar a importância do papel desempenhado pelo Estado para viabilizar os objetivos do capital, principalmente no que diz respeito à expansão capitalista. De acordo com Mézáros,

Ele apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedente aparentemente ilimitados, sem se somar absolutamente aos problemas da realização e das pressões competitivas, como seria necessariamente no caso da expansão do capital orientada para o consumo real. Ao mesmo tempo, o astronômico desperdício [...] encontra sua automática justificativa e legitimação no apelo da ideologia do ‘interesse nacional’ e da ‘segurança nacional’, sob a ação combinada dos poderes legislativo, judiciário e executivo, em uníssono com os complexos militares-industriais correspondentes. Dessa maneira, não somente deixam de ser imediatamente sentidas as conseqüências negativas da taxa de uso decrescente, mas, ao inverso, graças à direta sustentação institucional proporcionada pelo estado em escala massiva e virtualmente em todas as áreas da atividade econômica, por um período histórico determinado essas conseqüências podem ser transformadas em poderosas alavancas

da expansão capitalista, anteriormente inimagináveis, como pudemos testemunhar nas décadas do pós-guerra (Mészáros, 1989, p. 45).

Ainda segundo esse autor, estamos diante de uma 'sociedade descartável', que cotidianamente desperdiça os meios de produção, como também os produtos resultantes da atividade produtiva, sucateando os instrumentos novos após um tempo de uso muito reduzido; até mesmo maquinário novo é desperdiçado, sendo substituído por outro 'mais avançado'.

Com isso, o constante aumento do consumo em massa é vantajoso para o capital, pois, para que isso se dê, é preciso que a mercadoria seja consumida de forma sempre decrescente. Por meio dessa modificação na prática de consumo das mercadorias, o trabalho passa a ser cada vez mais explorado.

Quanto à utilização ou não utilização da força de trabalho socialmente disponível, o autor destaca que:

[...] constitui a contradição potencialmente mais explosiva do capital. Pois – desafortunadamente, do ponto de vista do capital – o trabalho não é apenas um 'fator de produção', em seu aspecto de força de trabalho, mas também o 'consumidor de massa', tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia. É por isso que o capitalista individual gosta tanto da elevação do poder de compra do *trabalhador dos outros* (Mészáros, 1989, p. 47).

À medida que o capital expulsa um número sempre maior de força de trabalho, o trabalhador acaba também por assumir a identidade de consumidor. Todavia, tendo como determinante dessa relação (trabalhador/consumidor) as necessidades e interesses do capital, apenas o consumidor é valorizado, pois é interessante para o capital aumentar o poder de compra dos trabalhadores para que eles possam consumir o máximo possível de mercadorias.

Mészáros (1989, p. 48) esclarece que essa identidade entre trabalhador e consumidor tem implicações negativas que "se destacam com toda a evidência através do desdobramento tendencial da taxa de uso decrescente", já que: "De um lado encontramos o apetite *sempre crescente* do capital por 'consumidores de massa', enquanto que, de outro, a sua necessidade sempre menor de trabalho vivo". O capital sempre procura contornar essa contradição, porém a taxa de uso decrescente provoca um aumento das contradições capitalistas, em virtude da

utilização cada vez maior da tecnologia e conseqüentemente do crescimento do desemprego.

Para o referido autor,

Só quando as potencialidades das duas primeiras dimensões (isto é, como indicado em relação a 1. bens e serviços, 2. instalações e maquinário) para afastar as contradições inerentes à taxa de uso decrescente não conseguem um efeito bastante abrangente, somente então é ativado o selvagem mecanismo de expulsão de quantidades massivas de trabalho vivo do processo de produção, na forma de *desemprego em massa*, mesmo nos países capitalistas avançados, independentemente de suas conseqüências para a posição do “consumidor de massa” e das necessárias implicações do comprometimento da posição do consumidor da “espiral descendente” do desenvolvimento das economias envolvidas (Mészáros, 1989, p. 50).

Nesse sentido, a contradição desse processo reside no fato de que para o capital não importa que os trabalhadores sejam os consumidores em massa, pois

[...] quando uma proporção cada vez maior de trabalho vivo se torna *força de trabalho supérflua* do ponto de vista do capital, a “ciência econômica” apologética subitamente descobre que a destruição de trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de “*desemprego estrutural*”. O que esquece de acrescentar é, “simplesmente”, que desemprego em massa é *estrutural somente para o capital*, e não para o avanço do processo produtivo enquanto tal. A responsabilidade, desde que reconhecida, é obstinadamente lançada sobre os ombros do próprio “progresso tecnológico”, ao qual, naturalmente, ninguém pode conscientemente se opor, exceto talvez em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominada “economia estável” (Mészáros, 1989, p. 50-51).

Desse modo, podemos apreender que é somente nessa fase do capitalismo que se tem a concretização da expansão do consumo em larga escala. Quanto a isso, Mészáros (1989, p. 53) aponta os argumentos de Marx: “A despeito de todos os discursos ‘piedosos’, ele (o capitalista) busca meios para impulsionar (os trabalhadores) ao consumo, procura dar aos seus produtos novos encantos, inspirar novas necessidades pela propaganda constante etc.” É precisamente este o caráter mais importante da relação capital e trabalho, pois “nele reside tanto a justificativa histórica, quanto o poder contemporâneo do capital”.

Mészáros, ainda citando Marx, destaca que:

A grande qualidade histórica do capital é criar este trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor-de-uso, da mera subsistência; e seu destino histórico é *realizado* tão logo que, de um lado, tenha havido tamanho desenvolvimento das necessidades que o trabalho excedente, acima e para além da necessidade, se tenha convertido em uma *necessidade geral* emergente das próprias *necessidades individuais* – e, de outro, quando a severa disciplina do capital, atuando sobre sucessivas gerações, tenha desenvolvido uma *industriosidade geral* como a propriedade geral da nova espécie – e, por fim, quando as forças produtivas do trabalho, incessantemente fustigadas (estimuladas) pelo capital na sua ânsia ilimitada por riqueza e pelas condições que a realizam, tenham florescido ao ponto em que a posse da e a preservação da riqueza geral exijam menos tempo de trabalho da sociedade como um todo, e em que a sociedade trabalhadora se relacione *cientificamente* com o processo de sua reprodução progressiva, sendo esta *cada vez mais abundante* é quando, então, cessa o trabalho feito pelo ser humano que *pode* ser feito por outra coisa... A busca incessante da forma geral de riqueza por parte do capital leva o trabalho para além dos limites de sua insignificância natural (...), e isso cria os elementos materiais do desenvolvimento de uma *individualidade rica, tão multifacética na produção quanto no consumo*, e cujo trabalho, por isso, já não aparece mais como trabalho, mas como o *desenvolvimento pleno da própria atividade*, na qual *desapareceu a necessidade natural* em sua forma direta, porque *uma necessidade historicamente criada* tomou o seu lugar (Mészáros, 1989, p. 53-54).

É por essa razão que o capital, em meio às “condições da produção generalizada de mercadorias”, determina os limites do capitalismo visto que, de acordo com Mészáros (1989, p. 55), “põe em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças massivas tanto diversionárias quanto destrutivas”. Por conseguinte, são estas forças que “provêm o capital em crise de novas margens de expansão e de novas maneiras de sobrepujar as barreiras que encontra”.

Portanto, para assegurar o seu processo de expansão e acumulação, o capital busca sempre criar o trabalho excedente, com base na intensa exploração do trabalho, na qual as necessidades humanas passam a ser negadas, pois o que interessa é apenas a valorização do capital. Então, com o constante desenvolvimento das forças produtivas, o capital encontrou, dentro de certos limites, formas para remediar a crise, aumentando as possibilidades de expansão do

capital. Todavia, sabemos que são medidas paliativas que, de modo algum irão diminuir os problemas decorrentes da crise, muito menos solucioná-los.

3.2 A crise contemporânea e as mudanças no processo de trabalho

Em decorrência das mudanças ocorridas com o processo de reestruturação produtiva demandado pelo sistema do capital, como tentativa para solucionar a crise estrutural que se prolonga desde a década de 70 até os dias atuais, tem-se como um dos resultados mais agravantes desse processo a intensa exploração do trabalho pelo capital.

O aspecto mais notável desse processo, de acordo com Mézáros (2006), consiste no aumento significativo do desemprego estrutural, que se materializa na expulsão de um grande número de trabalhadores do processo produtivo.

Esse processo é caracterizado pelo referido autor como um fenômeno que, na atualidade, provoca a degradação das condições de existência humana, pois, não é mais possível esconder (como ocorreu em momentos anteriores) os verdadeiros efeitos acarretados pela contradição entre capital e trabalho, que impulsionam a expansão do desemprego.

Mézáros (2006, p. 29) esclarece que não é algo novo o desemprego nos países de capitalismo avançado, pois, “surgiu no horizonte – depois de duas décadas e meia de expansão relativamente ininterrupta do capital no pós-guerra – com a investida da crise estrutural como um todo. Apareceu como característica necessária e já deteriorada dessa crise estrutural”. Assim, o autor destaca que a consequência do desemprego, hoje mais do que nunca, se intensifica em virtude da crise estrutural. Pois,

Como resultado dessa tendência, o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais *desenvolvidos* e modernizados da produção – da indústria naval e da aeronáutica,

da indústria mecânica à tecnologia espacial. [...] E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas as* categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente a *totalidade* da força de trabalho da sociedade (Mészáros, 2006, p. 29-30).

O desemprego, como aponta nosso autor, não é característico apenas do trabalho não qualificado, pelo contrário, desde a década de 1970 ele alcança os trabalhadores qualificados, já que o sistema do capital não absorve todos os trabalhadores. E isso demonstra que o incentivo à qualificação profissional não é suficiente, muito menos solução, para dar respostas ao desemprego estrutural que acomete as massas de trabalhadores, pois esse fenômeno independe dessas estratégias.

Então, o desemprego continua, e continuará sob a regência do capital, sempre presente nos países de capitalismo avançado com altas taxas de desenvolvimento, reduzindo, de acordo com suas necessidades, os campos de trabalho. Com isso, o sistema do capital condiciona os trabalhadores, quer sejam os “qualificados”, quer sejam os “não qualificados”, à mesma situação: ao *exército industrial de reserva*.

No que concerne a esse aspecto, o autor compreende que:

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nesta nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno-emprego em uma sociedade livre (Mészáros, 2006, p. 31).

É possível entender, assim, que chegamos ao limite da contradição gerada pelo sistema do capital, pois o fenômeno do desemprego nos dias atuais se constitui numa consequência para a qual não há mais solução, e o agravante disso é que ele tende a se expandir em proporções sempre maiores, com a incontrolável busca do capital por lucros.

Ao refletir sobre a problemática do desemprego, nosso autor assinala que é preciso compreender que a globalização merece uma análise cuidadosa, pois

[...] tem havido uma grande publicidade em torno das virtudes benéficas da “globalização”, falsa idéia de expansão e integração do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas. A grande ironia dessa tendência do desenvolvimento capitalista – que, inerente à lógica do capital e desde a constituição do seu sistema há séculos, alcançou a maturidade de uma forma inexoravelmente ligada à crise estrutural – é o modo antagônico pelo qual o avanço produtivo e o controle do metabolismo social lançam uma parcela crescente da humanidade na categoria de trabalho supérfluo (Mészáros, 2006, p. 31).

A globalização, sob o ponto de vista do capital, representa um fator positivo na medida em que não restringe os limites de expansão do capital, já que para viabilizar o seu processo de expansão e acumulação, gera contradições que acarretam a degradação das relações de trabalho, intensificando um dos mais graves antagonismos de seu desenvolvimento: o crescimento do desemprego. Além disso, Mészáros (2006, p. 32) afirma que o desenvolvimento progressivo do sistema capitalista proporciona um aumento significativo de “seres humanos supérfluos para o seu mecanismo de produção”.

O autor demonstra ainda que:

A novidade histórica desse tipo de desemprego do sistema globalmente integrado é que as contradições ocorridas em qualquer uma de suas partes específicas complicam e agravam os problemas de outras partes e, conseqüentemente da sua totalidade. A necessidade de produzir desemprego, “diminuição de custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as conseqüências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução. A esse respeito, as soluções parciais não serão capazes de prestar sequer a mais superficial atenção aos sofrimentos humanos, até porque é a primeira vez na história que a dinâmica – e, em suas implicações finais, dinamicamente destrutivas – do controle social metabólico auto-expansivo do sistema expõe, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho. Esse é o sentido perturbador da globalização (Mészáros, 2006, p. 32).

É por seu impulso desenfreado para gerar lucros que o capital expulsou grandes quantidades de trabalhadores do processo produtivo, segundo as suas necessidades, sem nenhuma consideração ou preocupação com as condições de existência da humanidade. Afinal, não existe humanização no sistema capitalista. O que é notável são as grandes massas de trabalhadores tornando-se peças supérfluas, caso o capital assim queira.

Em virtude desse processo, os trabalhadores inseridos em um determinado ramo de produção precisam aprender as funções dos outros ramos, pois apenas um exerce a função de muitos, para que o capital possa acumular utilizando o mínimo possível de trabalhadores. Entretanto, isso se dá com uma maior intensidade de exploração, visto que só um trabalhador realiza a função de muitos.

Nesse estágio de desenvolvimento do sistema do capital, Mészáros (2006) aponta que é impossível a superação da crise estrutural e, com isso, os únicos prejudicados são os trabalhadores, que passam a viver sem as mínimas condições de subsistência, engrossando as fileiras do exército de reserva.

Cabe assinalar, de acordo com o autor, que a flexibilização e a desregulamentação do trabalho consistem em empecilhos, postos pelo sistema do capital, que o trabalho tenta enfrentar:

Os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximos, podem ser resumidos em duas palavras: “flexibilidade” e “desregulamentação”. Dois dos slogans mais apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais, tanto nos negócios como na política, soam interessantes e progressistas. E muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, pretendem ser tão recomendáveis, para a toda criatura racional, como a maternidade e a torta de maçã, pois a “flexibilidade” em relação às práticas de trabalho – a ser facilitada e forçada por meio da ‘desregulamentação’ em variadas formas -, correspondentes, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho. [...] E as mesmas pessoas que chamam de “flexibilidade” universalmente benéfica a difusão das mais precárias condições de trabalho também ousam chamar de ‘democracia’ a prática dessa autoritária legislação antitrabalho (Mészáros, 2006, p. 34).

Enquanto uma das consequências geradas pelo processo produtivo, a flexibilização do trabalho também provoca insegurança, pois promove a

desregulamentação do trabalho. Ela consiste em uma estratégia do capital para reduzir os custos e garantir um aumento na produtividade; em contrapartida, intensifica a exploração dos trabalhadores em todos os âmbitos por meio do prolongamento do tempo de trabalho.

Quanto a isso, Mészáros (2006, p. 34) afirma que: “A verdadeira preocupação das personificações do capital é promover a ‘flexibilidade do trabalho’ e combater todas as formas possíveis dos ‘mercados rígidos de trabalho’”¹⁶. Assim, a flexibilização se constitui numa nova necessidade do sistema do capital para assegurar o seu processo de contínua expansão e acumulação, tornando, desse modo, tanto a produção como o trabalho flexíveis.

A crescente ampliação da acumulação do capital – realizada por meio da intensa exploração da força de trabalho, que nada mais representa do que uma mercadoria para este sistema – promove o rebaixamento da força de trabalho, em grau máximo, no que tange à precarização e à instabilidade. Esse novo patamar de organização da produção capitalista faz com que os trabalhadores se submetam aos ditames do capital, sem as garantias, antes “conquistadas” através das reivindicações trabalhistas, contribuindo significativamente para assegurar a expansão e a acumulação capitalista.

Essas mudanças no processo de trabalho representam, de acordo com Mészáros (2006, p. 38), nada mais do que “o retorno da mais-valia absoluta, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de ‘capitalismo avançado’” (p. 38). A mais-valia absoluta pode ser caracterizada:

[...] pelo rebaixamento das condições de trabalho de pessoas de todas as idades em inúmeros locais de trabalho degradante [...] é mais que suficiente para falar sobre o reaparecimento do impulso à mais-valia absoluta, uma das mais retrógradas tendências do desenvolvimento do capital no século XX, em um dos mais privilegiados países de “capitalismo avançado” (Mészáros, 2006, p. 38).

¹⁶ Para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas no interior do processo de trabalho através da produção flexível em detrimento do trabalho rígido, ver GOUNET (1999).

Podemos compreender que a exploração do capital se expandiu a ponto de provocar o retorno da mais-valia absoluta, que se materializa com a exploração total do trabalho por parte do capital. Além disso, a crise estrutural acarretou a maior contradição que o capital já alcançou em toda a sua história: o desemprego em massa, também denominado por Mészáros como desemprego estrutural crônico, que consiste num dos limites do capital a ser abordado no item a seguir.

Então, esse retorno da exploração da mais-valia absoluta fez com que o capital intensificasse o seu processo de exploração da força de trabalho, extraíndo cada vez mais trabalho alheio em benefício da acumulação sempre crescente e devastadora das condições de existência humana. Podemos destacar como exemplo desse retorno: a precarização e a “informalização” das relações de trabalho com o aumento das jornadas, o trabalho infantil, a diferença dos salários para homens e mulheres, o trabalho escravo, dentre outros.

Portanto, essa problemática abala a estrutura do próprio sistema com as suas contradições. Pois essa nova fase de configuração do sistema capitalista propiciou o agravamento das condições de trabalho, assim como a expansão cada vez maior do número de trabalhadores desempregados, intensificando ainda mais as contradições entre capital e trabalho, principalmente com a ativação dos limites absolutos do capital, a partir da crise estrutural, acarretando sérias consequências para a humanidade.

Além disso, as contradições geradas pela crise do capital tendem a se intensificar, ocasionando danos cada vez maiores para o trabalho. Contradições estas que não serão superadas, pois são estruturais, inerentes ao próprio sistema. Para Mészáros (1989, p. 100),

[...] o capital só pode, quando muito, seguir adiante até ao ponto da apresentação da própria alternativa, mas não até a sua solução pela sua própria supressão. Muito pelo contrário, esta perigosa lógica interna do capital só pode levá-lo a resolver a alternativa em seu próprio favor, abortando radicalmente as perspectivas de uma saída socialista, através de suas bárbaras determinações materiais.

O capital, portanto, não pode superar suas crises, cabendo apenas remediá-las com as alternativas possíveis, desde que não ultrapassem os limites do capital. Neste sentido, Mészáros (1989, p.102) destaca que “os limites do capital não podem

ser mais conceituados como meros obstáculos materiais para um incremento maior da produtividade e das riquezas sociais”, mas devem ser considerados como “um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade”.

Nosso autor argumenta que:

[...] os limites do capital podem se voltar contra ele enquanto controlador todo-poderoso do metabolismo social, não quando seus interesses colidam com o interesse social geral de incrementar as forças da produção genuína (o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo), mas somente quando o capital não é mais capaz de assegurar, por quaisquer que sejam os meios, as condições de sua *auto-reprodução destrutiva*, causando assim o colapso do metabolismo social global (Mészáros, 1989, p. 102).

Então, como já mencionado anteriormente por Mészáros (1989, p. 102), “o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos”, já que seu impulso, orientado pela autoexpansão, “é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, e desde logo com o de uma *auto-transcendência positiva*”.

Precisamente por essa razão nosso autor ressalta que:

[...] corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *destrutiva auto-reprodução ampliada* ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas (Mészáros, 1989, p. 102-103).

Portanto, para Mészáros (1989), os limites do capital se constituem num desafio para a sobrevivência da humanidade. Eles não podem mais ser considerados simples obstáculos; são, pois, limites insuperáveis para o capital, que podem se voltar contra o próprio sistema, quando ele não for mais capaz de garantir sua autorreprodução destrutiva. E é precisamente sobre estes limites que iremos tratar no item a seguir.

3.3 Os limites absolutos do capital: um desafio à própria sobrevivência da humanidade

Mészáros (2002, p. 216) compreende que em todo sistema de reprodução do metabolismo social existem limites absolutos que não podem ser superados sem que “o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente”. Esses limites representam um conjunto de grandes contradições do sistema do capital, e para uma melhor compreensão, o referido autor se detém em quatro questões que ele demonstra serem insuperáveis para o capital, visto que, em conjunto, “intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo”.

Nesse sentido, Mészáros (2002) aponta quatro questões que caracterizam a ativação dos limites do capital, quais sejam: 1. o antagonismo estrutural e inconciliável entre o capital global transnacional em expansão e os Estados nacionais; 2. a destruição e devastação do meio ambiente; 3. a liberação das mulheres; e 4. o desemprego crônico. Entretanto, apontaremos apenas duas, que consideramos serem de suma relevância ao nosso estudo – o antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais e o desemprego crônico.

Quanto à primeira questão, é possível verificar que o antagonismo estrutural entre o capital global transnacional em expansão e os Estados nacionais apresenta três contradições inseparáveis, existentes entre: (1) *monopólio e competição*; (2) *socialização* do processo de trabalho e a *apropriação discriminatória e preferencial* de seus produtos; e (3) a *divisão internacional do trabalho* (Mészáros, 2002, p. 222).

Com relação ao *monopólio e competição*, tem-se a intensificação e a consolidação das grandes corporações monopolistas no desenrolar do século XX, com o objetivo de expandir e acumular capital. É precisamente neste cenário que se dá a ‘expansão imperialista’ que ‘deslocou a contradição, a competição pelo domínio e a colisão entre interesses antagônicos’, resultando no aumento significativo das condições insolúveis dos antagonismos do sistema do capital, em escala global.

Além disso, em virtude dessa situação, tem-se o aumento das desigualdades existentes e da “dominação estrutural das economias mais fracas pelos países do capitalismo avançado” no quadro das relações de poder prevalecentes (Mészáros, 2002, p. 230). Mészáros esclarece também que:

Graves antagonismos entre as potências capitalistas dominante, que tendem a se intensificar no futuro próximo. Isto acontece não apenas porque o imaginado 'nacionalismo econômico positivo' dos Estados Unidos já esteja gerando respostas nada positivas na Europa ocidental, no Japão e no Canadá, mas também porque grandes diferenças de interesses produzem conflitos cada vez mais incontroláveis até entre os membros da Comunidade Européia [...] há muito estabelecida. Assim, para fazer surgir uma solução viável, é necessário muito mais do que a esperançosa projeção de 'reconciliação amigável' dos interesses econômicos em colisão (Mészáros, 2002, p. 232).

Enquanto os defensores do capital acreditam na possibilidade de 'conciliação' e 'solução' das contradições oriundas do sistema do capital, Mészáros (2002, p. 230) afirma que isto não pode se concretizar, em virtude das "deficiências estruturais do sistema à conseqüente ativação dos limites absolutos do capital na fase atual do desenvolvimento histórico".

Todavia, de acordo com o autor, em meio às determinações do próprio sistema do capital, não há saída possível para superar os limites dos antagonismos estruturais basilares deste sistema, pois "essas estruturas não podem ser reproduzidas na escala expandida necessária, sem a perpetuação do antagonismo entre capital e trabalho – instável por sua própria natureza" (p. 232). Portanto, não é mais possível para o sistema do capital garantir o "deslocamento expansionista necessário" realizado em momentos anteriores, visto que o capital não consegue mais reduzir os efeitos dos seus antagonismos.

No decorrer de seu desenvolvimento histórico, o capital sempre buscou ultrapassar os seus limites. E podemos destacar, segundo Mészáros (2002, p. 249), como uma das mais significativas manifestações dessa procura "a irreconciliável contradição entre os Estados nacionais rivais do sistema do capital", que, por sua vez, está diretamente ligada à relação entre "sua estrutura de comando de reprodução material e a política".

Na opinião de Mészáros,

[...] a questão dos limites está tendenciosamente mal concebida (...) para poder atribuir responsabilidade pelos problemas percebidos e perigos crescentes aos indivíduos sem poder – de quem se afirma não estarem dispostos a aceitar os limites restritivos – e,

naturalmente, deixar intocado o quadro geral e a base causal do sistema do capital (Mészáros, 20002, p. 250).

É por isso que os defensores do capital acreditam que a solução das contradições está “na aceitação dos limites encontrados e em ‘aprender a conviver com eles’ em vez de ‘lutar contra os limites’, como a ‘cultura’ nos condicionou a fazer no passado” (Mészáros, p. 251). Sob essas condições, nosso autor diz que “todos os diagnósticos deste ‘ dilema humano’ esquecem que ‘lutar contra os limites’ pertence à natureza íntima do capital – exatamente o que eles desejam perpetuar”.

Para o referido autor, aqueles que enfatizam e defendem a necessidade de ‘conviver com os limites’ erram pelo fato de que “os indivíduos que aceitam (como se espera) a estrutura do sistema do capital como seu horizonte de reprodução, pelo mesmo motivo condenam-se à impotência total para consertar a situação”. Todavia o que se deve fazer de fato é levantar a necessidade de lutar “contra os incorrigíveis limites destrutivos do capital, antes que seja tarde demais” (Mészáros, 2002, p. 251-2).

Posto isso, compreendemos agora ser fundamentalmente necessária a exposição da segunda questão, que é, conforme Mészáros (2002), a mais importante desse processo, qual seja: o desemprego estrutural crônico, tido enquanto fenômeno característico e inédito da atual fase do sistema do capital.

Para Mészáros, o desemprego crônico está estritamente relacionado com a explosão populacional – caracterizada como ‘excesso de população’, ou melhor, ‘população redundante’ – e com o fenômeno da *escassez*, criada socialmente, e da mesma forma imposta à sociedade que, nos dias atuais, mostra-se radicalmente diferente. De acordo com o autor, isso se caracterizou do seguinte modo:

Primeiro ela não se caracterizou pela incapacidade da sociedade de oferecer a quantidade necessária de produtos agrícolas para alimentar a população, sob condições em que se desperdiçam grandes quantidades de alimentos – e seu desperdício é até denunciado em círculo capitalistas competidores – no interesse da maximização dos lucros, por exemplo, no quadro da ‘política agrícola comum’ européia. E, segundo, ‘explosão da população, não é uma categoria genérica de ‘gente demais’, mas é definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações. Pois o que hoje se chama de ‘excesso de população’ significa, cada vez mais, ‘trabalho supérfluo’ (Mészáros, 2002, p. 321).

Podemos destacar como característica do desemprego crônico a sua extensão para as diversas categorias e áreas, afetando não apenas as mulheres, os jovens e os operários, mas também as 'classes médias', gerando graves conflitos que se refletem até mesmo no âmbito do 'capitalismo avançado – é um fenômeno que toma proporções extensas, não estando mais limitado apenas às regiões pobres do mundo. Esse avanço incontrolável do desemprego traz uma profunda insegurança aos empregados, na incerteza do futuro próximo.

Além disso, é precisamente nesse limite absoluto do capital que se tem o agravamento de inúmeros problemas, como, por exemplo, o pauperismo, diretamente ligado ao fenômeno da fome e do trabalho supérfluo neste modo de sociabilidade. Este fato fez emergir os antagonismos e contradições do sistema do capital, implicando a adoção de medidas na tentativa de solucionar esses problemas. Contudo, tais medidas somente servem para agravar a situação

Em decorrência da mudança radical na dinâmica do processo de expansão e acumulação do capital, ao longo dos anos, tem-se uma crise estruturalmente devastadora que, dentre outros aspectos, faz com que o sistema do capital necessite expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de trabalho. Pois, para não se autocondenar, este sistema, em meio ao seu modo de funcionamento, torna as pessoas supérfluas.

Assim, a partir dessas constatações podemos apreender que não há limites para o desemprego, pois ele cresce aceleradamente a cada momento, à medida que se intensificam o aumento da produtividade e a crise estrutural. Além disso, por mais vantajoso e satisfatório que seja o crescimento econômico em determinados países, o desemprego sempre continuará existindo, quer seja nos países de Terceiro Mundo, quer seja nos países que apresentam elevadas taxas de desenvolvimento.

O fenômeno do desemprego, conforme pontua Mészáros (2002, p.332), está vinculado às contradições intrínsecas do sistema do capital, na sua busca incessante pela expansão e acumulação. Com isso, o capital continua, e continuará, de acordo com suas necessidades, expulsando quantidades cada vez maiores de trabalhadores do processo produtivo; favorecendo apenas uma minoria, enquanto impõe para o excedente da população "privações extremas, mostra que os problemas do sistema do capital hoje, em todas as suas variantes, são tão difíceis

que a proposta de remediá-los por meio da ‘racionalidade econômica’ do desemprego em massa não consegue nem mesmo arranhar a superfície”.

Nosso autor ressalta ainda que:

O “exército de reserva” do trabalho não só não representa uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para a sua boa saúde. Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser regidos por “*deslocamentos expansionistas*”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo, com tanta certeza quanto à noite se segue o dia, gerando a ilusão de que o sistema “natural” de reprodução socioeconômica nada teria a temer porque seus ajustes mais cedo ou mais tarde seriam sempre executados com sucesso pelas “leis naturais” (Mészáros, 2002, p. 332).

Diante disso, enquanto o “exército de reserva” do trabalho não representar uma ameaça para a livre expansão e acumulação do capital, será vantajoso para o sistema do capital, pois este promove a ilusão de que tal fenômeno é temporário, sendo, portanto, superável a qualquer momento.

Todavia, o autor assevera que a expansão e acumulação são interrompidas no preciso momento em que vem à tona a crise estrutural do capital, acarretando contradições destrutivas que ameaçam o futuro da humanidade. Além disso, as possíveis estratégias do capital para combater o desemprego não conseguem diminuir, e tampouco aliviar, seus impactos negativos.

No que concerne a esse aspecto, Mészáros aponta que:

[...] uma coisa é imaginar o alívio ou remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular [...]. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para ‘mendigar ao vizinho’, ou mesmo o resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a ‘explosão populacional’, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital (Mészáros, 2002, p. 333).

Assim, é precisamente por essa razão que o desemprego estrutural crônico se configura como um limite absoluto do capital, em tempos atuais, em virtude da crise estrutural que intensifica o processo de exploração do trabalho, deixando à margem do processo produtivo um enorme excedente de trabalhadores, que de tempos em tempos é solicitado, mas que, na realidade, não interessa para os objetivos do capital.

Quanto mais se desenvolvem as forças produtivas do sistema do capital, tanto mais haverá contradições no âmbito do trabalho. Inúmeras propostas são postas em torno desta problemática, contudo, nenhuma delas é suficiente para remediar, muito menos superar, o desemprego estrutural crônico, tornando, com isso, o trabalho alienado cada vez mais alienado.

Assim, Mészáros (2002, p. 337) ressalta que “o *desemprego oculto e latente* tornou-se uma característica dessas sociedades, com graves implicações para as suas perspectivas de desenvolvimento. Ainda assim essa falha se apresentou como um ideal, como se as sociedades tivessem tido sucesso completo e permanente na solução do problema do desemprego crônico”.

O desemprego, em meio à crise estrutural, consiste numa contradição que atormenta a humanidade de um modo geral e com uma intensidade nunca antes vista na história. Portanto, neste campo, o capital chegou ao patamar extremo de sua contradição, visto que

O problema é que as contradições – que se manifestam mesmo nos países capitalistas mais privilegiados de forma tão destrutiva que até mesmo os defensores conservadores mais extremados da ordem estabelecida já se alarmam com a “insegurança crônica” – são inseparáveis da *dinâmica interna* do capital. Assim, não existe esperança real de mantê-las fechadas em *fronteiras externas*, artificialmente criadas, apenas porque fazê-lo iria atender a interesses seccionais, por mais poderosos que sejam (Mészáros, 2002, p. 340).

Desse modo, o desemprego estrutural representa um perigo tanto para o sistema como para a humanidade, pois acarreta sérios desdobramentos negativos que afetam não apenas as condições de existência humana, com o aumento do pauperismo, mas também a própria viabilidade do sistema enquanto limite insuperável para o capital.

Após a exposição dessas questões, ou melhor, desses problemas intensificados como limites absolutos do sistema do capital, verificamos, pois, a total incapacidade do capital para administrar os antagonismos e contradições inerentes ao seu próprio modo de funcionamento, constituindo-se numa ameaça impeditiva não apenas da manutenção de sua lógica expansionista, mas também da acumulação tranquila do capital. Esses problemas continuam ou até mesmo aumentam o seu grau de seriedade em meio ao desenvolvimento histórico do capital, que não tem como ser evitado, em virtude da sua própria essência – subordinando tudo a sua lógica. Pois o sistema do capital continua seu processo destrutivo e desumano, que alcança os mais variados âmbitos da reprodução da humanidade.

Entretanto, com a acentuada exploração sobre o trabalho, o capital não tem como evitar a expansão de seu caráter destrutivo, que provoca o agravamento dos problemas sociais, comprometendo a própria existência da humanidade, colocando, ao mesmo tempo, como estratégia fundamental nos dias atuais, a necessidade de superação do sistema do capital. Pois o caminho que o capital vem percorrendo ao longo da história torna-se a cada dia mais insustentável e certamente, leva a sociedade para um abismo que resultará na destruição da humanidade.

Assim, somente por meio da transformação radical deste modo de controle social regido pelo capital, tendo como sujeito social desse processo o trabalho associado¹⁷, é que pode se dar a superação dos antagonismos e contradições inerentes ao sistema do capital. Neste sentido, a tarefa histórica para o trabalho consiste em abolir “o alienante e desumanizador comando do capital sobre o trabalho” (Mészáros, 2002, p. 763). Isso implica, portanto, na superação das condições objetivas que regem esta forma de sociabilidade estabelecida.

¹⁷ De acordo com Tonet (2002), o trabalho associado consiste “no controle livre, consciente, coletivo e universal do processo produtivo pelos produtores livremente associados”. Pressupõe “a articulação entre o reino da necessidade e o reino da liberdade, e tem como função social promover a plena realização das necessidades e liberdades humanas”.

CONCLUSÃO

Na aproximação ao pensamento de Marx, pudemos verificar que é precisamente no interior do processo de produção capitalista, em meio ao desenvolvimento do sistema do capital, que estão contidas as determinações fundamentais que intervêm diretamente sobre a vida da classe trabalhadora. Enquanto resultado deste processo, a população trabalhadora transforma-se num exército industrial de reserva que pertence ao capital, constituindo-se na principal alavanca desse modo particular de produção baseado na intensa exploração da força de trabalho.

Com o avanço da acumulação capitalista, o destino da classe trabalhadora é radicalmente alterado. Pois, por meio da modificação na composição do capital, o trabalho se torna cada vez mais supérfluo em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas. Isto quer dizer que o capital, com o seu objetivo orientado para expansão e acumulação, passa a investir com mais intensidade no capital constante (meios de produção), em detrimento do capital variável (força de trabalho).

A exploração do trabalho, especificamente na forma de sociabilidade capitalista, alcança expressões anteriormente desconhecidas, impondo ao trabalhador a condição de ser mera mercadoria. Este fato caracteriza o que o Marx denomina de essência do individualismo burguês, ou seja, a alienação do trabalhador ante o capital que, nos dias atuais, intensifica-se continuamente, colocando as necessidades humanas num patamar muito abaixo das necessidades da reprodução do capital.

Assim, a força de trabalho ao ser reduzida à mercadoria passa a ser explorada com mais intensidade, visto que o objetivo maior do capital é a contínua geração de lucros. Nesse contexto, as condições favoráveis para a acumulação e expansão do capital são ampliadas e, por conseguinte, com o crescimento da produtividade, se processam a concentração e a centralização do capital em poucas mãos, aumentando em escala progressiva o contingente do exército industrial de reserva, criando a população relativamente supérflua. Como argumenta Marx, o exército industrial de reserva é uma condição para a valorização do capital e não da humanidade. Esta necessidade do capital provoca insegurança para o destino dos

trabalhadores, visto que podem ser inseridos no ou expelidos do processo produtivo, de acordo com os interesses do capital. Todavia, isso impulsiona uma série de antagonismos e contradições que põem em questão a própria sobrevivência da humanidade.

Para assegurar o seu processo de expansão e acumulação, o capital reduz a demanda de trabalho, alicerçando assim seu domínio sobre o trabalho alheio para continuar com seus lucros crescentes. Materializada esta condição de aumento da exploração do trabalho, o capital necessita nesse momento de um mecanismo de controle de processo para garantir seus objetivos. Surge então o Estado moderno, para assegurar a operação, a coesão e a preservação do sistema do capital.

Podemos observar ainda que o processo produtivo do capital, determinado pela busca incessante para gerar lucros, provoca antagonismos e contradições não somente para o trabalho, mas para o próprio sistema. Acarreta crises periódicas em virtude dos empecilhos suscitados na relação entre produção e consumo. Atualmente o capital passa por uma crise estrutural, que perdura desde a década de 1970, caracterizando-se como uma crise que afeta a estrutura global do sistema, nunca antes vista humanidade. A crise estrutural do capital está baseada num processo de produção destrutivo das condições de existência humana, materializado na intensificação da exploração do trabalho.

Ao nos determos sobre as argumentações de Mészáros acerca da crise estrutural, constatamos que esta provoca abalos nas estruturas do capital global em todos os âmbitos, sejam econômicos, políticos, sociais etc. Nesse contexto de mudanças, as alternativas encontradas pelo homem para garantir sua sobrevivência são degradantes e desumanas. Diante disto, verificamos que o sistema do capital já alcançou o patamar global, e suas determinações são impostas para a sociedade, de forma geral, subordinando tudo e todos à sua lógica. Estas transformações têm resultado em sérias consequências no mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito à questão do desemprego crônico, tão gritante nos dias atuais.

Além disso, as limitações impostas pela crise estrutural do capital não acarretam apenas a instabilidade do processo de trabalho, evidenciada pelo crescimento das fileiras do *exército industrial de reserva*, mas também provocam graves consequências para o próprio sistema. E como não há soluções imediatas, a

alternativa encontrada pelo sistema foi a utilização do uso decrescente do capital, estimulado pela reestruturação produtiva.

Assim, a reestruturação produtiva do capital consistiu numa estratégia do próprio sistema, no sentido de responder à crise estrutural caracterizada pela busca do equilíbrio entre produção e consumo, por meio do uso decrescente do capital. Com isso, o consumo rápido e desmedido torna-se cada vez mais viável para o capital, aumentando assim a produção de mercadorias e, por conseguinte, gerando lucro ao capital. O uso da tecnologia a serviço do capital representa um importante mecanismo de reprodução deste último. Entretanto, acarreta, na mesma proporção, uma série de contradições que provoca graves reflexos na vida da humanidade.

Diante da crise estrutural do sistema do capital que experimentamos nos dias atuais, não há nenhuma possibilidade de que se façam mudanças no sentido de eliminar os problemas decorrentes do seu impulso desenfreado para assegurar a acumulação e a expansão do capital. Como a tendência que se coloca para esta sociedade é o agravamento dos problemas estruturais, a alternativa para solucionar os problemas que emanam da própria estrutura deste sistema encontra-se *para além do capital*, conforme propõe Mészáros.

Diante do exposto, podemos verificar a total incapacidade do capital para administrar os antagonismos e contradições inerentes ao seu próprio modo de funcionamento, constituindo-se numa ameaça impeditiva não apenas da manutenção de sua lógica expansionista, mas também da acumulação tranquila do capital; e que, conseqüentemente, põe em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Além disso, a crise estrutural do capital ameaça profundamente o funcionamento deste sistema, trazendo graves conseqüências, como o fenômeno inédito do desemprego na atualidade, o pauperismo e suas inúmeras implicações para a vida dos trabalhadores; minando, dessa forma, a estabilidade social necessária para a reprodução do capital e para a manutenção da ordem vigente.

Então, para que o capital continue com o seu objetivo – expansão e acumulação –, deve sempre manter o domínio e o controle sobre o processo de reprodução social, mesmo que isto seja efetivado, e essencialmente o é, de forma destrutiva e desumana, especialmente quando os seres humanos não interessam mais para seu objetivo. Assim, somente por meio da transformação deste modo de

controle sociometabólico por um radicalmente diferente é que pode se dar a superação dos antagonismos e contradições inerentes ao sistema do capital. .

Portanto, torna-se imprescindível a superação não apenas dos problemas advindos da crise estrutural que vivenciamos nos dias atuais, mas também dos antagonismos e contradições inerentes ao próprio modo de controle vigente – o capitalismo. Entretanto, este feito somente poderá se efetivar com a transformação deste sistema em um radicalmente diferente, o que, por sua vez, implica a superação das condições objetivas que regem a forma de sociabilidade capitalista, ou seja, a superação do regime do capital.

REFERÊNCIAS

BARAN, A. Paul & SWEEZY, M. Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

ENGELS, F. & MARX, K. *A Ideologia Alemã*. 9ª ed. São Paulo. Editora Hucitec: 1993.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ & TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. Vol. I. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O Capital– Crítica da economia política*. Vol.I. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O Capital – Crítica da economia política*. Vol. III. Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *Trabalho Estranhado e Propriedade Privada*. In: *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. 1ª ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo, Ensaio. Série pequeno formato 5, 1989.

_____. A Crise Estrutural do Capital. In *Outubro* nº04, São Paulo, 2000.

_____. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ªed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, maio de 2002.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Tr. Claudete Pagotto, São Paulo, Boitempo, 2006.

PIMENTEL, Edlene. *Uma “Nova Questão Social”?. Raízes materiais e Humanossociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje*. Maceió, Edufal, 2007.

TONET, I. Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. Karl Marx*. Revista *Práxis*, nº 5. Belo Horizonte, 1995

_____. *Sobre o Socialismo*. HD Livros Editora. Curitiba, 2002.